

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 22-11-2023.

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pai Ricardo d`Oxum, Pedro Ruas, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Claudio Janta, Fernanda Barth, Karen Santos, Idenir Cecchim, Lídio Santos, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/23 (Processo nº 1159/23), de autoria de Mônica Leal; o Projeto de Lei do Legislativo nº 676/23 (Processo nº 1166/23), de autoria de José Freitas; e o Requerimento de desarquivamento, de autoria de Roberto Robaina, do Projeto de Lei do Legislativo nº 059/20 (Processo nº 0148/20), de autoria de Roberto Robaina. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudio Conceição, Roberto Robaina, Mari Pimentel, Adeli Sell, Fernanda Barth, Cláudia Araújo, Pedro Ruas, Comandante Nádia, Mônica Leal e Conselheiro Marcelo. Às quinze horas e vinte e seis minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 178/21 (Processo nº 0472/21), após ser discutido por Pedro Ruas, Aldacir Oliboni, Prof. Alex Fraga, Adeli Sell, Claudio Janta, Comandante Nádia, Mônica Leal, Jonas Reis, Jessé Sangalli e Tiago Albrecht. Foi aprovada a Emenda 02 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 178/21, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni, Pedro Ruas, Comandante Nádia, Prof. Alex Fraga, Adeli Sell, Tiago Albrecht, Fernanda Barth e Claudio Janta, por dezenove votos SIM, seis votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal determinada por Cláudia Araújo, presidindo, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudio Conceição, Conselheiro Marcelo, Gilson Padeiro, Giovani Culau e Coletivo, Jessé Sangalli, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lídio Santos, Pai Ricardo d`Oxum, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, e votado Não Alvoni Medina, Comandante Nádia, Fernanda Barth, José Freitas, Lourdes Sprenger e Mônica Leal, e tendo optado pela Abstenção Tiago Albrecht. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 178/21, por dezoito votos SIM e doze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Comandante Nádia, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir

Oliboni, Biga Pereira, Claudio Janta, Cláudio Conceição, Conselheiro Marcelo, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lídio Santos, Márcio Bins Ely, Pai Ricardo d'Oxum, Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga e votado Não Alvoní Medina, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Fernanda Barth solicitando a retirada da priorização de matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 032/23 (Processo nº 1073/23), após ser discutido por Jessé Sangalli. Na oportunidade Lídio Santos pronunciou-se nos termos do art. 12, § 8º, do Regimento. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 032/23 por trinta votos SIM e dois votos NÃO, em votação nominal solicitada por Jonas Reis, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pai Ricardo d'Oxum, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht, e votado Não Alvoní Medina e José Freitas. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 032/23, por trinta e quatro votos SIM, em votação nominal solicitada por Jonas Reis, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Lídio Santos, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pai Ricardo d'Oxum, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Resolução nº 066/23 (Processo nº 0865/23). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando a retirada de priorização de matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 031/19 (Processo nº 0052/19), após ser discutido Adeli Sell, Comandante Nádia e Prof. Alex Fraga. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando o adiamento da discussão de matéria priorizada para a Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 145/23 (Processo nº 0295/23), após ser discutido por Jonas Reis. Foi aprovada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 145/23. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 145/23 (Processo nº 0295/23). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni, solicitando o adiamento da discussão de matéria constante na Ordem do Dia da presente sessão. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando alteração na ordem de

apreciação da matéria constante na Ordem do Dia da presente Sessão. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 025/22 (Processo nº 0054/22), após ser discutido por Cláudia Araújo e Jonas Reis. Ainda, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Claudio Janta, solicitando a retirada da priorização de matéria constante na Ordem do Dia da presente sessão. Foi aprovada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 025/22. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 025/22. Em Discussão Geral e Votação foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 004/23 (Processo nº 0016/23). Foi apregoada Representação Externa de Aldacir Oliboni, por meio da qual é autorizada participação, no dia vinte e sete de novembro do corrente, às quinze horas, do Ato de Instalação da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias, realizado na Assembleia Legislativa do Estado – Porto Alegre – RS (SEI nº 017.00148/2023-32). Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Claudio Janta, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 099/22 (Processo nº 0194/22). Jonas Reis registrou sua intenção em ter votado favoravelmente ao Projeto de Lei do Legislativo nº 004/23. Às dezessete horas e cinquenta e oito minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Aldacir Oliboni, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier e Cláudia Araújo. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde a todos. O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (UNIÃO): Presidente Hamilton, boa tarde a todos os vereadores que se encontram, àqueles que nos assistem pela TVCâmara e a todos aqueles que estão presentes aqui no plenário. Estão aqui os moradores da Avenida Dique, Vila Nova Brasília, pessoas que estão desabrigadas, pessoas que tiveram todos os seus bens, casas, perdidos pelas enchentes – e não são só ali, Extremo-Sul, ilhas... Ontem, desde às 5h30min da manhã, estava junto com elas ajudando a retirar coisas de dentro de casa, e nós estamos buscando alternativas. Desde ontem, estou tentando, junto ao governo, uma alternativa para quem mora ali na ilha, para quem mora ali na ironia de ser chamada Avenida Dique, uma avenida que toma, que destrói, que passa por cima das pessoas. Nós estamos tentando construir com o governo; o prefeito Melo é um homem extremamente sensível, bem-intencionado – quanto a isso não há dúvidas –, mas o prefeito não sabe de tudo. E por não saber, a nossa função como vereador é fiscalizar, e fiscalização e presença é o que faz a diferença na vida dessas pessoas que estão totalmente desamparadas. A Defesa Civil disse que foi até lá para verificar a situação dessas pessoas, mas elas não foram contempladas, elas não foram visitadas pela Defesa Civil. Então, nós precisamos fazer com que a informação seja verídica, e a veracidade possa gerar dignidade, possa gerar justiça na vida dessas pessoas.

Nós aqui, como vereadores, aprovamos um decreto que dá um auxílio emergencial, e essas pessoas tiveram casas, tiveram bens, tiveram tudo destruído pelas enchentes, e elas não estão sendo contempladas. Então, nós precisamos refazer esse decreto que possa contemplar, porque o decreto foi para socorrer as pessoas que estão sendo vitimadas pelas enchentes, Lami, Extremo-Sul, Ilha da Pintada, mas também na Vila Nova Brasília. Com muita verdade, não é todo o Sarandi que está debaixo d'água, mas uma parte do Sarandi, a Vila Nova Brasília, está sendo totalmente vitimada pela enchente. Enchente essa que não vai parar; enchente essa que vai continuar, porque a previsão é para que novembro, dezembro adiante siga, até mesmo janeiro. E como ficarão? Ora, está sendo colocado, disponibilizado um abrigo, mas um abrigo aqui, na Casa do Gaúcho. Essas pessoas são da Zona Norte, não tem como mais de 200 pessoas saírem de lá e virem aqui para o outro lado da cidade, porque elas têm medo de que seus bens, os que ainda lhes restam, possam ser roubados. Porque os aproveitadores, os oportunistas, os maus-caracteres estão sempre na espreita de oportunidade para causar o mal ao seu próximo.

Então, a minha sugestão, para contribuir com o governo, do qual eu faço parte, é que o ginásio do Cecove, do CIEM, a metros dali, possa ser disponibilizado para que essas pessoas estejam perto de casa, para que elas possam ser socorridas e aquilo que foi aprovado por esta Câmara possa ser estabelecido como justiça na vida dessas pessoas. Elas vieram a este plenário para serem vistas; elas vieram a este plenário para serem ouvidas, porque, até agora, a Defesa Civil não chegou até lá. Essa minha fala não é para criticar, mas é para construir. Eu acredito no prefeito Melo, por isso eu estou junto com ele, e o Sarandi deu muito voto para o prefeito. Nada mais justo do que, neste momento, elas possam ser contempladas naquilo que é justo.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (UNIÃO): Nós somos representantes do povo, e um representante que não representa não faz sentido estar aqui. Então, eu estou representando uma parte da sociedade que carece do cuidado, e eu tenho certeza de que isso vai chegar ao nosso prefeito. Ele, com certeza, com muita sabedoria e capacidade de diálogo, vai fazer com que aquilo que nós, vereadores, aprovamos, Ver.^a Mari, possa ser contemplado. E o pessoal da Av. Dique, da Vila Nova Brasília, possa ser urgentemente contemplado nesse decreto, que é justo, que é oportuno, e essas pessoas, até agora, estão excluídas.

Que Deus abençoe Porto Alegre no meio dessa enchente, que a sabedoria possa ser estabelecida como justiça, através do poder público. Muito obrigado, que Deus abençoe.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Hamilton, eu gostaria de ter ido na Câmara, mas tive muitos chamados. Eu estava escutando a fala do Ver. Conceição, que estava falando da Zona Norte, do Sarandi, que eu sei que está numa situação muito precária. Eu estou na região das ilhas, agora, tratando a respeito da chegada de água, Presidente Hamilton. Isso que eu queria chamar atenção. Esta enchente está sendo maior do que a de setembro e há uma precariedade enorme, porque falta água aqui. Agora, a Prefeitura começou a chegar com a água, mas o pessoal que é da parte do fundo da Ilha da Pintada, depois da Escola Estadual Maria José Mabilde, sobretudo depois da rádio. Quem conhece a Ilha da Pintada sabe de qual região eu estou falando, e as autoridades conhecem. Eu estou apelando para a Defesa Civil, porque tem gente que não consegue sair das suas casas, não estão recebendo água potável. Eu estou com um carregamento de água que a gente acertou e estou querendo levar para a ilha. A parte da ilha anterior à escola consegue receber a água, mas os que estão depois... Eu tenho relatos de pessoas que estão fervendo a água para tomar, é um negócio insano. Eu estou aqui na ilha, Presidente Hamilton, a Defesa Civil não está aqui, o Exército está pouco preparado, mas não importa neste caso, pelo menos o Exército está, mas a Defesa Civil não está. Eu estou pedindo orientação para o chefe da Defesa Civil, Sr. Evaldo, e não tenho obtido essa orientação. Bem, os civis, as pessoas estão ajudando, quando há uma tragédia dessas sempre há solidariedade. Nós tivemos, Presidente Hamilton, ontem, a reunião da Comissão de Economia e Finanças; e na reunião, nós fizemos a reivindicação do pagamento dos R\$ 3 mil, aprovado em setembro, ou melhor, em 28 de setembro foi votado o auxílio de R\$ 3 mil referente à enchente de setembro. Agora, nós estamos nesta enchente, e infelizmente a notícia que eu tenho é que o prefeito Sebastião Melo foi ao Jornal do Almoço e disse que está todo mundo assistido, que está todo mundo atendido. Isso não é verdade. Eu tenho provas e mais provas de que isso não é verdade, as pessoas estão abandonadas na Ilha da Pintada, na Ilha dos Marinheiros, na Ilha das Flores. Não vou falar nem nos animais, o que também tem que ser falado, porque os animais também são importantes, os animais são da família das pessoas, mas as crianças estão sem fraldas. Eu recebi informes da Ver.^a Mari Pimentel – não sei se a Mari está na sessão –, mas ela foi lá no abrigo do DEMHAB, estão muito precárias as condições. Então eu acho que a Câmara dos Vereadores, comandada pelo senhor, Presidente Hamilton, precisa fazer uma força-tarefa, em primeiro lugar, para dar o auxílio agora, ou seja, o auxílio físico para as pessoas, garantir que chegue água, garantir que todo mundo possa sair das suas casas, garantir que quem ainda está na sua casa tenha o mínimo de dignidade, seja respeitado... (Problemas na conexão.) na Ilha dos Marinheiros, na Ilha do Pavão, domingo eu vim, na segunda-feira não havia nenhuma... (Problemas na conexão.)

Para concluir, o auxílio dos R\$ 3 mil tem que ser pago! (Problemas na conexão.) Então, é isso que eu gostaria de pedir, Presidente, para que a gente faça essa operação. O senhor é um homem sensível, então, é um apelo que eu faço. A minha bancada do PSOL tem essa compreensão de que, nas horas de emergência, a ação é de emergência. Presidente, esse é o meu apelo, que o senhor comande essa operação para que a gente possa... (Problemas na conexão.) Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Antes de começar minha fala, diretor legislativo Luiz Afonso, tenho alguns materiais para projetar. Já começo aqui a minha fala dando boa tarde e solidariedade a todos que estão aqui hoje, acompanhando a sessão, vindo até a Câmara de Vereadores reivindicar por algo que seria o mínimo, a dignidade, que a gente sabe que não está chegando na ponta. Todos nós, vereadores, estamos no dia a dia, nesses últimos dias, vendo a realidade da nossa capital, a capital que negou a enchente – essa é a palavra, Ver. Pedro Ruas, sei que é dura de ouvir, mas é a capital que negou a enchente, porque os moradores das ilhas, os moradores das comunidades não tiveram acesso à informação, via Defesa Civil, de que iria encher, iria alagar. Como uma capital de 1,5 milhão de habitantes, onde o orçamento não falta, não conseguiu avisar aos seus moradores que estava enchendo o rio, que era hora de saírem de suas casas. Os relatos que vocês vão ver aqui, nesses vídeos, são relatos do descaso, de gestão que não acontece. E não é de diálogo, que a gente precisa, Ver. Cláudio Conceição, nós precisamos de ação, precisamos de gestão, precisamos de resultado. É isso que a gente não está vendo, o resultado vem depois que algum de nós, político, aparece em algum lugar para cutucar, não porque a população está lá; parece que tudo agora virou um abafamento político, para não dar danos políticos, nunca pensando na população. A população deveria ter sido informada pela Defesa Civil: “Saíam das suas casas” Eu cheguei nos abrigos que nós temos, Ver. Cláudio Conceição, não tinha itens básicos. Nós estamos com a população hoje sem shampoo nos nossos locais de acolhimento, faltou fralda para as crianças; aqui eu vou mostrar alguns vídeos para vocês verem o que era a realidade dos abrigos – hoje chove dentro de um abrigo. As famílias saíram das suas casas por causa da chuva, e chove dentro do lugar que deveria ser o acolhimento. Essa é a realidade; parece que a enchente apareceu como novidade para gestão municipal, mas não é uma novidade, e o que falta não é diálogo, falta ação, falta gestão, falta encarar a realidade de frente, Ver.^a Cláudia, encarar, não negar a realidade, encarar que se precisa de ajuda dos 36 vereadores para contornar essa situação. Nós vamos abraçar e não negar a realidade perante a imprensa. Somos todos de Porto Alegre. Aqui, a gente não está por partido político, a gente está para resolver. Cada um de nós tem um coração e um pedacinho da cidade; por isso a gente não pode só imaginar que o prefeito vai dar conta. Agora é hora de cada um de nós arregaçar as mangas e estar junto com a população, porque a realidade é essa. A realidade é que naquelas casas ali, a água não vai baixar em uma semana. Vocês não vão voltar para casa daqui a dois, três dias, e vocês não vão viver em abrigo com 100, 200 pessoas, contando as fraldas, sem acesso à dignidade. Nós precisamos ter soluções para uma realidade que é a crise climática. Ela vai se estender em Porto Alegre, até meados de abril, e é sobre isso que nós temos que nos debruçar, sobre como nós, Câmara de Vereadores, vereadores da cidade, vamos olhar para essa cidade que vai trabalhar com essa realidade pelos próximos 30 dias, Ver. Pedro

Ruas. E essa realidade é que, quando as famílias puderem voltar às suas casas, as casas não serão mais as suas casas; serão lodo, serão sujeira. Não terá telhado; algumas nem mais paredes terão. E como nós vamos acolher essas pessoas? É sobre isso. Então não é um plano de emergência para amanhã, é um plano sobre a gente realmente dar dignidade à nossa população.

Antes de terminar a minha fala, eu gostaria de deixar um vídeo aqui que coloca um pouquinho do que foi ontem o impacto no meu coração, principalmente de uma mãe de Porto Alegre, que viu um bebezinho de seis dias que chegou pelo seu pai de caiaque nos abrigos e que não tinha acesso a fraldas, não tinha acesso a um berço. Essa criança, assim como muitas outras crianças – e aqui eu vejo um bebê também – vão estar vivendo o maior drama das suas vidas em seus poucos dias de vida. Nós precisamos estar junto deles. Luiz Afonso, se você puder projetar com som. O senhor conseguiria?

(Procede-se à apresentação.)

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Bom, eu vou encaminhar aos meus colegas. Aqui a gente coloca um pouco mais do abrigo, mas eu gostaria de mostrar a vocês realmente a história de cada um, que deve ser a mesma história de vocês que hoje vieram e não sabem quando vão poder voltar e quando a casa de vocês vai ser realmente a casa de vocês. Mas está na hora de a gente agir; a gente já cansou de diálogo. A gente precisa de ação de gestão e de resultado para a nossa população. Obrigada.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): E eu gostaria de informar então sobre os R\$ 20 milhões... (Problemas técnicos no som.) ...da Câmara de Vereadores: nós tivemos apenas 240 cartões entregues até hoje para a população.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Exato. Então nós precisamos que esse dinheiro que não chegou, chegue à população. Esta é a realidade: a gente aprovou aqui, mas a população carece desse benefício que não chegou; e me parece que outro pedaço da população não está sendo contemplado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Hamilton, Presidente; colegas vereadoras e vereadores, população de Porto Alegre, a história não pode ser apagada. Nos primórdios de Porto Alegre, o Guaíba chegava à Rua Sete de Setembro, o Guaíba chegava aqui à Rua Washington Luiz, então devagar com o andor, não foi o Guaíba que invadiu a

capital; foi Porto Alegre, fomos nós, historicamente, que invadimos o leito do Guaíba e estamos pagando um preço hoje em dia; mas, tecnicamente falando – e não tem nada a ver com política –, as comportas foram fechadas atrasadamente. Ali no *Conduto Forçado Álvaro Chaves*, a inundação que deu em parte do 4º Distrito foi porque os tampões não estavam com as devidas roscas. Incompetência do serviço municipal. E não se trata apenas do caos climático atual, porque não é uma crise climática, é um caos. Aqui estão pessoas da gloriosa Dique – eu falo gloriosa porque foi difícil as pessoas acharem um canto e se alocarem. O que foi feito naquela região norte da cidade? Ah, é sempre o mesmo papo, assim como, em 1964, o famigerado prefeito Célio Marques Fernandes pegou as pessoas da Ilhota e enfiou lá na Restinga, 35 quilômetros do Centro de Porto Alegre. O *Telmo Thompson Flores* pegou o pessoal que estava aqui no Dilúvio e enfiou na Chácara da Fumaça, tinha que caminhar três quilômetros para pegar ônibus. Essa é a história, é assim que os governantes têm agido, incorretamente. Então não existe desculpa. Para fazer um cartão, se faz em 24 horas ou menos. Tem aplicativo. Isso se faz na hora por Pix. Como um governo quer ser moderno, dizer que está resolvendo? Aqui já foram colocados R\$ 20 milhões, só desta Casa, que poderiam gastar em outras coisas. Mas aqui tem coração e tem mente, e a gente não mente. A mente é para dizer, os técnicos disseram, que o DMAE está sucateado. Os antigos saíram e não houve reposição de mão de obra e, por isso não conseguiram fechar as comportas e não conseguiram passar a rosca nos tampões.

Eu fui lá, eu vi, eu falei com gente que sabe das coisas. Não adianta fazer discurso de empatia aqui. É preciso, 24 horas por dia, 365 dias por ano, estar antenado com a cidade, com as pessoas, com as periferias, e aqui não é um simples discurso. Nós estamos agindo, temos que agir permanentemente. Não se trata de uma disputa de situação e oposição, não se trata de saber quem é mais, quem é melhor. Tem erros; os erros estão colocados. SOS Dique, SOS Vila Farrapos, gente!

Em 1940, o jovem engenheiro e estagiário Ubatuba de Faria traçou a Vila Farrapos porque era perto da Renner, da Rio Guaíba, de todas as lojas e fábricas dali. O povo foi se acomodando, mas, em uma parte delas, nunca foi resolvido o problema do alagamento. Vocês sabem como se chamava a Sertório antigamente? Várzea do Gravataí. Era um lamaçal. Em 1874, começaram abrir a Sertório com trabalho escravo – escravo! –, e parece que o povo continua escravo dos mandatários; continua escravo do capital financeiro; continua escravo da especulação imobiliária, porque em Porto Alegre querem transformar isso aqui em uma Dubai, em uma famigerada Balneário Camboriú. Não! Nós queremos respeito ao povo, nós queremos casas para morar, nós queremos dignidade, e é possível enfrentar cheias. Tem que enfrentar com coragem e determinação. Muito obrigado a todos e vamos à luta.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Boa tarde a todos que nos escutam, nos acompanham, ao pessoal que está aqui hoje com essa reivindicação, mais do que legítima. Eu gostaria de ser mais otimista do que eu vou ser aqui hoje, infelizmente não tenho como ser otimista frente à situação climática que nós vemos, e que ao contrário do que alguns colocam, não é algo que vá passar. É só a gente ler e se informar, minimamente, para chegar à conclusão de que isso é quase um novo normal climático. Nós teremos a cada ano que vier, mais situações como essa, de enchentes, alagamentos, desmoronamentos. A gente tem visto isso pelo Estado inteiro; a gente tem visto isto em toda região Sul. Eu estive conversando com um amigo meu que trabalha na MetSul, e ele disse que isso vai durar até o final de dezembro, com chuvas torrenciais de 15 em 15 dias, e que depois de dezembro isso vai se mudar para a parte sudeste do Brasil, ou seja: São Paulo, Rio, Espírito Santo e Minas. Aí vai ser lá o problema. E que no ano que vem vai voltar. Então o que que eu estou dizendo com isso, meus amigos? Eu estou dizendo que essa situação tem que ter uma solução permanente; tem que ter um programa de governo que faça uma realocação definitiva das pessoas para uma área melhor, para uma área que não corra risco, para uma área que não seja alagadiça, ou que faça, sim, todas as mudanças e reformas estruturais que são necessárias para que isso não aconteça mais. Dinheiro tem. Tem dinheiro internacional para esse tipo de estrutura.

Eu quero dizer aqui que as enchentes começaram em Maquiné e Caraá, lá, antes do inverno estourar. Maquiné e Caraá até agora não viram nem um centavo dos R\$ 741 milhões que foram prometidos pelo governo federal, nem R\$ 1! Cento e noventa e cinco milhões foram prometidos para a construção de moradias; R\$ 185 milhões foram prometidos para ajuda humanitária; R\$ 125 milhões foram prometidos para aquisição de alimentos; R\$ 116 milhões foram prometidos para reconstrução de rodovias e acessos, e o governo federal não mandou nada! Eu não ouvi uma palavra do governo federal, que tem muito recurso, sobre a desgraça que está acontecendo aqui no Sul agora. É uma desgraça recorrente, é muita falta de empatia, fora todos esses R\$ 741 milhões que foram prometidos, mais R\$ 1 bilhão do BNDES para obras de infraestrutura para as pessoas não perderem mais suas casas. O dinheiro não veio, gente, o dinheiro não veio! A cidade pode ter demorado, sim, a fechar determinados lugares, mas a gente sabe que este sistema está ainda, em parte, bastante sucateado e que alguns investimentos nós só vamos ver na hora em que nós tivermos de fato, fora do papel, a parcerização que o DMAE precisa para investir onde realmente se precisa de dinheiro, quer no saneamento, no sistema de esgoto, em todo este preparo que a cidade precisa. Mas eu coloco aqui de novo, precisamos de uma nova análise de risco de situação climática, precisamos de uma nova análise de risco sobre a nova ótica do clima. Tinham lugares que não tinham problema, era uma coisa histórica, era uma enchente a cada 10, 20, 30 anos, o que eu estou colocando para vocês aqui, e eu realmente gostaria que não fosse a verdade, mas é, é que essas situações vão se tornar muito mais corriqueiras do que nós gostaríamos, ou nós olhamos para o problema de frente e encaramos com soluções estruturais e programas permanentes de realocação de moradia ou nós vamos continuar tapando o sol com a peneira e rasgando dinheiro público todo ano mais de uma vez. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste, quero trazer um pouquinho de informação da última atualização do sistema da Prefeitura do que está sendo feito e de como está o nível do Guaíba. Hoje, agora, às 13 horas, 3,31 metros; cota de alerta 2,5 metros; cota de inundação 3 metros. Defesa Civil: A Defesa Civil não recebeu novos chamados na madrugada desta quarta, está monitorando o clima em Porto Alegre. Desde a noite de domingo, 19, os agentes resgataram mais de 1.830 pessoas no bairro Arquipélago. Os moradores foram encaminhados a abrigos ou a casas de amigos e familiares. Assistência Social – 187 o número de pessoas acolhidas em abrigos provisórios da FASC. Destas, 94 estão no ginásio do DEMHAB, 43 na sede do 9º Batalhão e 50 na Casa do Gaúcho que poderá acolher até 300 pessoas. As três unidades de saúde localizadas no bairro Arquipélago permanecem fechadas em razão da cheia. A população acolhida no abrigo Casa do Gaúcho tem como alternativa a unidade móvel de saúde deslocada ao local nesta quarta-feira. As escolas permanecem fechadas em razão da cheia: EMEI Ilha da Pintada, IEI Anjo das Flores e Abrasce Ilha do Pavão. Água e esgoto – A Estação de Tratamento, ETA, das ilhas permanece inoperante. A população do bairro Arquipélago é abastecida por meio de caminhões-pipa. Mobilidade – A Empresa Pública de Transporte e Circulação registra 15 pontos com acúmulo de água em Porto Alegre. Destes, 9 ocasionam bloqueio total e 2 o bloqueio parcial da via. O órgão permanece monitorando a situação do 4º Distrito e pontos de alagamento da cidade. Ceic : A sala segue monitorando a evolução das demandas relacionadas à cheia do Guaíba. Essas são as últimas informações, e agora eu quero colocar aqui para vocês com relação à fala da Ver.^a Mari Pimentel de que os abrigos não têm material de limpeza e higiene. Sim, eles têm. Tem como colocar ali para a gente as fotos, por favor? Fotos também de ontem e de hoje. (Pausa.) Fotos do pessoal recebendo material de higiene. Isso é a entrega para as famílias na BR ontem e as entregas nos abrigos. Os abrigos estão recebendo papel higiênico, água, material de limpeza, material de higiene. Tem um vídeo com som.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Somente hoje foram 62 xampus, cem absorventes, 120 escovas de dentes, 50 meias infantis, 60 litros de leite, 50 toalhas, quatro travesseiros nos abrigos. Não está faltando nada, acho que a Ver.^a Mari Pimentel não conseguiu entrar, de repente, no DEMHAB, porque eu estive no DEMHAB ontem e tem suficiente no estoque para atender à população. Muito obrigada.

Vereadora Mari Pimentel (NOVO): Gostaria de utilizar aparte primeiro para denunciar. Essa servidora, ao lado da primeira-dama, ontem, impedia que eu,

vereadora de Porto Alegre, fizesse a doação do *kit* bebê para oito bebês que nós temos, pequenos, não são crianças que caminham, são pequenos e não tinham berço para dormir naquela noite. Isso eu gostaria de denunciar, porque isso não é... É essa pessoa...Eu só estou dizendo que é essa a pessoa que estava impedindo. Está denunciado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Vereadora, a senhora já fez seu registro.

Vereador Jonas Reis (PT): Só para agregar à Ver.^a Mari, essa senhora que aparece no vídeo, do lado da primeira-dama, é filiada ao MDB, e pula de secretaria para secretaria.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito seu registro. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, que preside a Casa e a sessão, meus cumprimentos, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra da presença no dia de hoje, nossos telespectadores da TVCâmara, querida Rosa que aparece aqui nos visitando. Esse tema, vereadoras e vereadores, é um tema que nos diz respeito diretamente e ele é um tema complexo, porque a população está passando por uma necessidade brutal. Por anos e anos, as periferias são relegadas ao esquecimento. Neste caso de agora, Ver. Cassiá Carpes, que conhece bem, e eu sei que se importa com esse tema, com o assunto, as condições climáticas levaram a uma situação tal que a ação a ser feita precisa ser urgente e eficaz. Foi importante o que os vereadores e as vereadoras falaram aqui. A Ver.^a Mari Pimentel colocou bem o tema, acho que a Ver.^a Fernanda Barth fala também numa solução de mais tempo, no que tem razão, o chamado novo normal, digamos, porque nós teremos, em algum momento, a repetição da tragédia, e é uma tragédia. Não tem dúvida que nós podemos auxiliar e não podemos ser impedidos de fazê-lo, isso é um dado importante. Nós podemos, devemos e não podemos ser impedidos. Se há intenção das vereadoras e dos vereadores, e eu sei que há da Casa, de auxiliar materialmente essas famílias, nós temos que fazê-lo imediatamente, não pode haver qualquer impedimento. Não é humano que haja impedimento, não é aceitável, Ver. Ferronato, que haja impedimento na ajuda em qualquer dos abrigos. Levar as pessoas, Ver.^a Mari Pimentel, para um abrigo e dar condições é a nossa obrigação. Não pode haver um abrigo onde chova dentro, não pode haver um abrigo onde não haja roupa adequada, condições para as pessoas dormirem, saírem para o trabalho, voltarem, se alimentarem, cuidarem dos seus filhos, particularmente, no caso que a senhora falou, de seis dias de idade. Então me parece que nós estamos, aliás, eu tenho certeza disso, diante de uma emergência que é, sim, responsabilidade do poder público. Interessante, eu gosto de registrar, até porque é minha obrigação, a contradição: quando o governo manda seus projetos isentando as grandes empresas, isentando bancos, isentando os bancos de pagar o ISS, havia 30 anos que eles pagavam, mudaram a lei, na última sessão. Quando o

governo manda seus projetos isentando a Fraport, dá a impressão que está sobrando dinheiro, porque isenta de tudo, mas, quando é para ajudar as famílias, falta recurso. Essa relação que foi dada agora há pouco pela Ver.^a Cláudia Araújo, e dada com boa intenção, claro, é uma relação que um vereador, uma vereadora, um gabinete podem também proporcionar. Aquilo ali não é uma contribuição, vereadora, e sei que V. Exa. foi bem intencionada. Uma Prefeitura pode dar 100 vezes aquilo – 100 vezes aquilo! –, no mínimo, para começar. Aquilo que ela deu, eu posso dar; eu, pessoalmente, posso dar, não é, Reis? É isso, é assim que funciona. As pessoas estão ali, estão com uma necessidade gigantesca, nós podemos e devemos ajudar, agora, nós temos que cobrar da Prefeitura, do Executivo. Não pode ser cobrado do Executivo? O Ver. Cláudio Conceição acertou, ele diz assim: “Estou cobrando para auxiliar”. Mas quem cobra, auxilia. Eventualmente, o Executivo não sabe de tudo que está ocorrendo, deveria – já concluo –, mas não sabe. As denúncias são importantes, sim, agora, o que é mais importante, fundamental é que haja alguma medida que modifique esse cenário brutal. As pessoas não podem passar sistematicamente por esse problema, e esse, de agora, precisa ser resolvido. E a responsabilidade é de todos nós. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente Hamilton. Colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste aqui presencialmente e pela TVCâmara. Eu sempre digo que, em uma guerra ou em uma crise, o que desaparece das pessoas é a razão. Quando a razão desaparece, quando as pessoas deixam de pensar, e aqui mais especificamente quando as pessoas querem fazer politicagem em cima da desgraça dos outros, aí eu posso dizer para vocês que nós entramos numa guerra. No momento em que quem lidera essa questão das enchentes em Porto Alegre é o Executivo, ver vereador que tem que legislar, que tem que fiscalizar, que tem que amparar, que tem que dar sugestões, querendo ser Executivo, para mim é piada. Está no lugar errado. Está em campanha para prefeito, só pode. Mas quero lembrar aos queridos vereadores que nós somos vereadores. Quando eu vejo vereador indo entregar cesta básica, *kit* bebê na mão de alguém que está necessitando e não entrega na central de doação, para mim é politicagem. Durante a pandemia, nós ajudamos e muito, com emendas, com entrega de donativos para a central de doação, porque é lá que está o cérebro, é ali que estão as pessoas pensando, num gabinete de crise, o que está acontecendo. E aí nós vemos o desespero das pessoas pairando, porque se entrega mais de uma vez para uma comunidade que já recebeu, porque se entrega mais de uma vez para uma mãe que já recebeu, e aí dá briga. Inclusive, teve briga. Um *kit* de bebê, cinco *kits* de bebê que foram entregues num abrigo para cinco mães e as outras também queriam e ficaram brigando. Para isso se tem o Executivo, para isso que existe a gestão pública. E o Legislativo, se não ajudar, não atrapalhe, por favor. Nós temos visto, e muito, muita gente atrapalhando aqui, querendo fazer palanque político em cima da desgraça das pessoas. Não é nesse momento que tem

que se fazer política, vão fazer política no ano que vem, na época da eleição. Agora é momento de juntar, se unir e trabalhar juntos. Vejam o absurdo de um vereador do PT vir aqui dizer que não vale o que a funcionária diz porque ela é uma CC, é do MDB, como se no governo do Lula não tivesse gente filiada ao PT, e porque é CC não vale? O que é isso, gente? Que palhaçada é essa? Hipocrisia de muitos que não querem ajudar, querem atrapalhar; quanto pior, melhor! Aí eu vejo um vereador que, ao invés de estar aqui hoje votando, fazendo o que tem que fazer, porque ele foi eleito para isso, está lá na Ilha da Pintada fazendo o quê? “Estou aqui com vocês, estou aqui ajudando.” Não! Está atrapalhando. Quer ajudar, vem para cá; quer ajudar, vai para a Central de Doações; quer ajudar, vai para a Defesa Civil; quer ajudar, vai para o Ceic. Vai dar sugestões e fiscalizar de outra forma, não tirar fotinho com desalojado, não é fazer filmezinho com quem está sem a sua casa. Eu falo isso porque eu não tenho rabo preso. Eu falo isso, porque vocês não vão me ver fazendo isso; eu falo isso, porque eu não tiro foto com pessoa que está desesperada sem a sua casa; eu não faço isso, porque eu uso a racionalidade, como eu sempre fiz na Brigada Militar, e não vai ser diferente aqui no Parlamento. Eu vejo aqui alguns vereadores dizendo: “Cadê os R\$ 3 mil das pessoas?” Queridos, os R\$ 3 mil são para comprar eletrodomésticos. Qual a pessoa desabrigada que vai comprar eletrodoméstico se a pessoa não tem casa? Fala sério, que palhaçada é essa? É uma tentativa de piorar o que está ruim. “As pessoas não foram avisadas”. As pessoas não foram avisadas, e vou dizer para os senhores: tem grupos políticos que não estão deixando as pessoas saírem das suas casas, para quê? Para ter pauta! Para quê? Para dizer depois que tentou e não saíram. Tem gente que não está saindo da sua casa porque grupos da esquerda estão tirando da cabeça das pessoas a saída das casas. Eu posso garantir para vocês, porque hoje pela manhã eu estive no gabinete de crise em reunião com Ministério Público, com Judiciário, com as secretarias, e eu não vi os vereadores, os que estão aqui reclamando, lá ajudando, bem pelo contrário, atrapalhar sabem bastante; ajudar é pouca gente. Parabéns ao governo Melo e seus secretários que estão fazendo todo o impossível para cuidar das pessoas mais vulneráveis. E digo para o PT, para o PSOL, para o PCdoB, que gostam de reclamar: levantem as mangas e ajudem. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente Hamilton Sossmeier, colegas vereadores e vereadoras, pessoas que nos assistem. Eu tinha um outro tema para falar na tribuna no período de Liderança, que vou deixar para segunda-feira. Confesso a vocês que hoje, nesse momento, só consigo falar daquilo que eu presenciei no final da manhã de hoje. Alguns vereadores, colegas, também estavam lá, foram convidados pelo presidente da Federação Israelita do Rio Grande do Sul e o cônsul de Israel, que nos apresentou um filme sobre o ataque bárbaro que Israel sofreu no dia 7 de outubro, que foi uma carnificina, que foi um massacre sem precedentes. Este filme foi nos apresentado hoje com um pedido para que nós deixássemos os telefones na sala que

antecedia o salão da sinagoga, e foi um filme de terror. Após a apresentação deste filme, de 40 minutos, foi dado tempo para que as pessoas pudessem falar, se manifestar, perguntar, e eu confesso a vocês que não tive condições. Saí daquele local caminhando na chuva, eu precisava daquela chuva, porque o que eu vi ali não tenho como descrever, exteriorizar em palavras o horror. Aquilo que um grupo terrorista fez, decapitou bebês, estuprou mulheres, matou jovens num evento festivo a céu aberto. E além do que comemorava a cada corpo de judeu morto, sequestrado, violentado, e, quando colocava nos carros esses corpos e entrava na Faixa de Gaza, as pessoas que ali estavam comemoravam como se fossem troféus de guerra. Eu, sinceramente, vivi isso muito de perto, porque tive um familiar dentro de um kibutz a 50 km da Faixa de Gaza, com mais 29 estudantes, e nós tínhamos que tirá-los de lá. Mas a decisão de tirar aqueles estudantes era muito pesada, porque algo podia acontecer na estrada até o aeroporto de Ben Gurion, em Tel Aviv. Então, foi uma madrugada muito difícil para a família Leal.

Quero dizer para vocês que eu reafirmo o meu sentimento: quem tentar justificar ou relativizar a barbárie, o massacre, a carnificina que houve no dia 7 de outubro é terrorista igual. É inadmissível, é inadmissível o que eu vi. A Ver.^a Nádia estava lá, o Ver. Ramiro, o Ver. Tiago, eu não consegui falar, claro, sou casada com um judeu, tenho filhos, família lá. Então, quando eu vejo qualquer manifestação desse tipo, é muito forte.

E não poderia deixar de usar esta tribuna como representante da capital do Rio Grande do Sul, onde nós temos uma comunidade judaica que tanto faz pelos porto-alegrenses. Aliás, um povo judeu que tem avanços tecnológicos em todas as áreas, na área da saúde principalmente, estamos aí com remédios, tentando resolver o Alzheimer. Também a questão das pessoas que precisam enxergar, que são cegas. Na educação, eu recebi, assim como os meus colegas, livros, “Cartas ao meu vizinho palestino”, “A educação é o caminho para a paz”. Cada um de nós saiu com uma sacola. Qual é o objetivo? O objetivo disso é que as pessoas possam propagar, compartilhar aquilo que está acontecendo. Este ataque foi sem precedentes, foi um ataque bárbaro, e eu digo para vocês, porque estive em Israel, andei na Faixa de Gaza, fui a Jerusalém, fiquei em Tel Aviv. Muitos palestinos moram em Israel, muitos palestinos trabalham em Israel, muitos palestinos fazem isso porque o salário é maior, muitos palestinos têm atendimento de saúde em Israel, então, é inadmissível. Quando alguém vem me dizer que o grupo Hamas é um grupo político, eu digo não, ele é um grupo terrorista e, sim, só tem uma maneira de acabar com isso, e vocês sabem qual, eu não preciso nem dizer aqui. Então, não aceitem que alguém tente justificar ou relativizar a carnificina. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Conselheiro Marcelo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Boa tarde, Presidente Hamilton Sossmeier e demais vereadores. É muito difícil eu subir nesta tribuna, mas eu não poderia deixar de subir hoje, porque há algum tempo eu estou me sentindo muito incomodado com algumas falas de alguns vereadores, da forma que eles

vêm usando, principalmente, a desgraça das pessoas. Eu vejo vereadores indo até os locais de enchente, eu vejo vereadores indo fazer vídeos, fotos para lacrar, mas eu não me lembro desses vereadores, em nenhum momento, sem ser neste momento, estarem lá de fato. Eu gostaria também de poder entender por que, quando os vereadores sobem nesta tribuna e colocam a culpa no prefeito da situação pelo que os nossos irmãos das Ilhas, principalmente nas áreas afetadas, estão passando? Então, todos os prefeitos de todas as cidades afetadas são culpados? Eu não consigo entender! Não seria a natureza, a forma que ela está, dando um retorno? Pois há muito tempo o homem vem matando a natureza. E agora, dessa forma. “Não, o culpado é o prefeito!” Eu digo isso com muita clareza e propriedade, porque eu sou um vereador de colocar o pé no barro, de estar dentro das comunidades, principalmente na minha região, uma região muito afetada. Estou perplexo com essas falas de vereadores. Eu acho que esse tempo que se perde, às vezes, usando a tribuna, usando para denegrir, ou para lacrar, vamos fazer a diferença na vida de alguém, vamos lá para dentro para resolver a situação. Não estamos aqui representando o povo? A todo momento eu tenho participado, tenho frequentado e tenho ido, inclusive o meu assessor Eric perdeu a casa dele também. Neste momento ele saiu para poder comprar, Presidente Hamilton, repelente Boa Noite, para nós podermos passar aos outros moradores para eles poderem dormir de noite, por causa dos mosquitos, porque não tem luz, não tem água. Mas, não, o culpado é o prefeito. Vamos prestar atenção, gente! Vamos botar o dedo na consciência. É muito fácil, eu nunca vi usar da desgraça das pessoas para poder lacrar. Eu tenho propriedade para dizer. Eu já entrei várias vezes, entro, já tenho até um macacão. Esses dias, entrei com meu macacão aqui, até fui alvo de chacota, entrei, porque eu estava de fato dentro da comunidade, assim como estou, hoje de manhã estava, vou retornar novamente para ajudar as famílias, mas não venham aqui ficar usando desta desgraça, desta situação que as famílias estão passando para ganhar curtidas ou pra ganhar... Que é isso, gente!

Então, eu peço que, pelo menos neste momento, não só Porto Alegre, mas todas as cidades afetadas, que vocês tenham um pouquinho mais de respeito com essas pessoas. Em todo momento em que eu estive lá, eu fui nos abrigos, estou indo direto, e estou vendo a Prefeitura, sim, fazendo seu papel. Eldorado do Sul, foram mais de 6 mil pessoas fora de casa! Que prefeito estaria esperando uma situação dessas? Mais de 6 mil pessoas fora de casas em Eldorado! Aí vão querer botar a culpa no prefeito? Meu mandato está aqui para trabalhar de forma real e não de forma de lacrar, como está sendo feito aqui neste plenário muitas vezes. Então, a minha solidariedade a todas essas famílias, a todas as pessoas que estão passando por esta situação, e a minha resposta para elas é que tem que trabalhar, para que a gente consiga fazer com que elas recebam, sim, os seus direitos, para que elas consigam, sim, serem atendidas de uma forma digna, mas com respeito, não usando a desgraça delas como exemplo, para termos curtidas e *likes* nas nossas redes sociais. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h26min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0472/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 178/21, de autoria do Ver. Leonel Radde, que institui o Programa Municipal de Uso de *Cannabis* para Fins Medicinais. (SEI 208.00139/2021-51)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relatora Ver^a Bruna Rodrigues: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01 (empatado);
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Jessé Sangalli: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **COSMAM**. Relator Ver. Aldacir Oliboni: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- retirada a Emenda nº 01;
- com Emenda nº 02 (destacada), dos Vers. Roberto Robaina (Líder da Oposição) e Aldacir Oliboni;
- adiada a discussão por uma Sessão em 13-11-23;
- incluído na Ordem do Dia em 21-11-22 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 178/21](#). (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, prezado Presidente Hamilton Sossmeier; vereadoras; vereadores; eu quis ser o primeiro a discutir em homenagem à Rosa, que está presente aqui. A nossa querida amiga, Ver. Oliboni, companheira, lutadora, veio aqui para assistir a esta votação. Há muitos anos, isso já tem seguramente mais de duas décadas, há, no mundo, um debate sobre esse tema e o debate tem algumas conclusões que são consensuais e outras não. Eu dou o exemplo, e quem trouxe aqui, de forma muito bem exposta, com exemplos claros, foi o Ver. Cláudio Janta algumas vezes, que há doenças que precisam muito e só tem como remédio eficaz o uso da *Cannabis* na sua forma medicinal.

(Aparte antirregimental do Ver. Ramiro Rosário.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu peço, Presidente, que me desconte esse tempo. Só acrescente esse tempo. Só expliquei ao Ver. Ramiro o que estou discutindo e o que estamos votando. Não, é que, para V. Exa., parece que eu inventei um tema. Não, esse nós vamos votar agora. V. Exa. não sabe, mas nós vamos votar agora esse projeto. Nós vamos votar, e eu estou discutindo, só isso. Nós vamos votar. É minha obrigação discutir. Bem, então, descontado esse tempo, Presidente, por favor.

É um tema complexo, porque, claro, há posições, meu caro Rodrigo – quem eu vejo daqui e a quem mando o meu abraço, lutador –, diversas, mas há algumas questões que são absolutamente pacíficas. Há doenças, repito, reitero, que só podem ser bem tratadas com o uso da *Cannabis* medicinal, não há outra forma. Então, uma liberação com controle, Presidente Hamilton Sossmeier, é o que se busca, e me parece que o Ver. Leonel Radde deixou um projeto sério na Casa, importante, que, obviamente, pode ser emendado, pode ser modificado, enfim, pode ter alterações, mas é um projeto importante. Eu lembro de uma senhora chamada Sara Mendes, há alguns anos, talvez cinco ou seis, não sei, com a sua filha de 30 anos com uma crise brutal de fibromialgia, que só poderia ter as dores evitadas mediante esse uso medicinal, e se procurou de todas as formas jurídicas que essa liberação ocorresse. Ao final, eu não tive retorno se isso aconteceu ou não, não sei qual foi o desfecho, Ver.^a Mari Pimentel, mas sei que a necessidade era enorme, Ver. Oliboni, enorme. E eu vi a moça contorcendo-se em dores, e aquele remédio era necessário, mas havia uma burocracia e um aspecto jurídico muito grande – já concluo – a ser superado para aquele uso. Portanto, com emendas, com modificações, se acharem necessário, eu tenho certeza, Ver. Adeli Sell, que este projeto é importante, é necessário e faz diferença, no melhor sentido da expressão, para a população de Porto Alegre. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLL nº 178/21.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente da Casa, Ver. Hamilton Sossmeier; colegas vereadores e vereadoras; público que está acompanhando aqui a nossa sessão nesta tarde; o Daniel, da associação Acuracan, que trata dos pacientes do uso da *Cannabis*; a Rosa, a Vanessa, enfim, vários assessores do nosso querido deputado Leonel Radde, que esteve conosco há pouco tempo, nos dois primeiros anos desta gestão, e, agora, na Assembleia Legislativa, como deputado estadual.

No ano passado, nós votamos um outro projeto de lei que dava algumas prerrogativas bem diferentes deste projeto de lei. Este projeto cria um programa para o fornecimento do medicamento *Cannabis* àqueles que judicializam e, por sua vez, o gestor municipal, Porto Alegre, que é uma das quatro cidades do Rio Grande do Sul que tem gestão plena, tem a possibilidade real de solicitar ao Ministério da Saúde o fornecimento

do medicamento uma vez judicializado. Portanto, nós não estamos falando de outra coisa aqui, para deixar bem claro.

Então, nesse sentido, nós queremos o apoio dos colegas vereadores e vereadoras para esses mais de 2,6 mil pacientes que hoje se utilizam da *Cannabis*. Faço aqui uma explanação do que se trata: estudos científicos comprovam a eficácia do gênero da planta denominada *Cannabis* no tratamento de diversas situações de saúde, tais como: autismo, epilepsia, transtorno de déficit de atenção com hiperatividade – TDH, transtorno obsessivo-compulsivo –TOC, transtorno opositor desafiador, síndrome de Tourette, Alzheimer, Parkinson, fibromialgia, insônia, dores crônicas, neuropatias, depressão e enjoos oriundos do câncer, glaucoma, ansiedade, dependência química da própria medicação e assim por diante.

Nós percebemos que o Brasil, a partir da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e da Universidade de São Paulo, foi o pioneiro nesses estudos, e o primeiro extrato de CBD surgiu nesses estudos em São Paulo. Portanto, ao nosso ver, trata-se de uma política de saúde pública importante para os pacientes, ultrapassando os mitos e barreiras do preconceito e das ideologias que ora, muitas vezes, se apresentam aqui no plenário e em outros locais.

Em dezembro de 2019, a regulamentação de produtos oriundos da *Cannabis*, no Brasil, foi aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, portanto já está aprovado pela Anvisa, mas somente em março de 2020 a [Resolução RDC 327/2019](#) entrou em vigor; portanto, está em vigor desde 2020. No Estado de São Paulo essa política já é lei, projeto do deputado estadual Caio França, do PSB, foi sancionado em 31 de janeiro de 2023 pelo governador Tarcísio de Freitas, inclusive dos Republicanos, José Freitas. O mesmo ocorre em Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Tocantins, Paraná, Goiás, Acre, entre outros estados, e em diversas capitais brasileiras. No âmbito de Porto Alegre, temos a Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade do Rio Grande do Sul, na qual formou-se em medicina o Dr. Francisco Guimarães, que desenvolve pesquisa com ênfase em neuropsicofarmacologia, principalmente nos temas de óxido nítrico, ansiedade, glutamato, serotonina, canabinoides e estresse.

Necessário dizer que o art. 6º da Constituição Brasileira estabelece a saúde como um direito social de toda população, cabendo à União, Estados e Municípios garanti-la e legislar sobre o tema, especificamente no Inciso VII, do art. 30, estabelece competência dos municípios para prestar serviço de atendimento à saúde à população. Portanto, colegas vereadores e vereadoras, havia aqui uma certa preocupação: Ah, o Município não pode fornecer porque ainda a Anvisa não regulamentou... A Anvisa regulamentou. Mas para tirar essa suspeição de que o Município não quer fazê-lo, nós fizemos uma emenda tirando o art. 2º e o art. 5º para dar constitucionalidade ao projeto de lei apontado pela Procuradoria. Portanto, só não vota a favor aqui, ou não vota o projeto de lei aquelas pessoas que não têm sensibilidade àqueles cidadãos que têm tal diagnóstico que ora aqui apresentei. Por isso peço a gentileza dos colegas vereadores de poder sinalizar com esse direito, como acontece no Sistema Único de Saúde, tantas outras medicações muito, mas muito, mais cara que estas estão sendo liberada judicialmente.

Por isso peço a compreensão para votarmos e sinalizarmos favoravelmente a esta grande e bela iniciativa do nosso colega vereador, hoje deputado, Leonel Radde. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 178/21.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde senhoras e senhores, público que nos assiste pela TVCâmara e os que nos acompanham nas galerias; vereadores e vereadoras; Ver. Hamilton Sossmeier, nosso Presidente. Eu subo à tribuna neste momento de discussão mais inspirado pelo nosso líder, Ver. Pedro Ruas, que trouxe aqui alguns argumentos bastante contundentes para apoiar a aprovação desta iniciativa legislativa e decidi fazer o mesmo, seguir o nosso Pedro Ruas e trazer até estes microfones um caso que tive, não dá para dizer privilégio, porque foi muito triste. Alguns anos atrás, trabalhando em uma turma de ensino médio aqui na capital gaúcha, recebi uma aluna no 1º ano do ensino médio que tinha um histórico médico muito complicado, uma doença que ainda não havia sido diagnosticada, mas a menina sofria de crises convulsivas violentas e o acompanhamento da equipe médica demonstrava que, a cada crise convulsiva, ela perdia massa neurológica, ela perdia neurônios, as células nervosas que são responsáveis pela identificação do ambiente em que nos encontramos, das respostas, do armazenamento de informações. A cada crise convulsiva, ela perdia as principais células do nosso corpo que organizam a nossa vida, e era muito ruim, porque a cada crise ela precisava obrigatoriamente se internar e passava duas, até mesmo três semanas afastada das suas atividades letivas. Um dos médicos que acompanhava o caso sugeriu à família a utilização de canabidiol para controlar ou até mesmo conter essas crises que eram tão nocivas à menina que tinha em torno dos seus 14 para 15 anos. E a família era muito relutante, justamente pela pecha negativa criada por muitas pessoas de que uma substância que é derivada da maconha, da *Cannabis sativa*, é ruim, é errada. Hoje, percebe-se o potencial do CBD, do canabidiol para conter esses quadros. Infelizmente, não tenho mais contato com a menina, não vi se o quadro dela evoluiu ou não, em que pé anda a sua condição de saúde, mas, durante os três anos que eu a acompanhei, eu percebi o seu desempenho escolar decair ano após ano, crise após crise. Nós não estamos debatendo aqui, em nenhum momento, legalização ou não de drogas; nós estamos, sim, debatendo a possibilidade de que famílias que não tenham condições de oferecer para os seus filhos tratamentos mais avançados e fitoterápicos naturais possam tratar essas doenças que podem ser tratadas. Medicamentos, a maioria dos medicamentos apresenta graves efeitos colaterais, pelo que é demonstrado até o momento, o CBD não demonstra esses efeitos, ele só tem ganho aos pacientes que o recebem como tratamento para suas enfermidades. Portanto, é necessário que o nosso Município se atente a esta questão, abandone a pecha negativa, arcaica, abandone o pensamento do retrocesso que ainda criminaliza plantas. É isso. A *Cannabis* pode produzir, sim, medicamentos e esses medicamentos têm uma eficácia muito grande. É isso que nós estamos debatendo. As pessoas mais humildes desta cidade têm problemas, adoecem e têm direito a ser tratadas

com o que há de melhor disponível no mercado farmacêutico. Portanto, estamos aí muito otimistas com relação à possibilidade de aprovação deste avanço para a saúde no Município de Porto Alegre. Muito obrigado pela atenção.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 178/21.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente Sossmeier, colegas vereadoras, vereadores, na história da humanidade, se nós seguirmos da caverna ao TikTok, nós vamos ver as profundas transformações sobre a longevidade, as condições de vida e, principalmente, as moléstias e as doenças mais variadas possíveis. É incrível como, por exemplo, esta cidade esqueceu da peste bubônica, que matou muita gente em Porto Alegre, parece que foi apagada. Alguns lembraram tangencialmente da covid-19, que também nos castigou e molestou bastante, causando muitas sequelas até hoje, e nós temos vendo inclusive pessoas aqui que já nos colocaram as sequelas que tiveram. Em 1928, Fleming descobriu a penicilina, pela pesquisa, um fungo. Hoje nós temos uma planta que pode ser uma grande planta medicinal, mas o preconceito, o atraso, o conservadorismo têm freado o desenvolvimento científico no País e no mundo. Em 1904, no Rio de Janeiro, nós tivemos a Revolta da Vacina; no Congresso Nacional, pasmem, quem fez oposição à vacina obrigatória foram os castilhistas gaúchos, que são tidos aqui como os grandes salvadores da República do Piratini, porque eram republicanos, antiescravagistas e separavam o estado da religião. Isso tudo é verdadeiro, mas eles fomentaram, na época, o atraso e o conservadorismo no Congresso Nacional. Houve revolta do povo comum porque botaram na cabeça as coisas mais esdrúxulas possíveis: levantavam a saia das meninas para dar uma vacina, entrariam nos lares e maculariam os lares das pessoas. Graças a esse atraso, nós tivemos, em 1918, a peste bubônica e outras tantas moléstias ao longo dos anos. Eu acompanho um caso de uma pessoa que tem um problema neurológico e que, sistematicamente, nós temos que entrar na justiça para conseguir os medicamentos. Pois agora nós temos uma outra questão que nós vamos tratar no escritório, que é a possibilidade de ela utilizar um derivado da *Cannabis*, porque será importantíssimo para o seu tratamento. Ou seja, essa questão está na ordem do dia, ninguém aqui está fomentando o plantio de maconha, ninguém aqui está fomentando puxar baseado, nada disso, nós estamos falando de ciência. Eu imagino que algumas pessoas falaram do Fleming, em 1928, quando surgiu a penicilina. Quantas pessoas morreram antes do uso da penicilina? Eu só vou lembrar aqui as doenças venéreas, tem gente que tem horror de ouvir essa palavra. Eu coloco aqui, porque nós somos pessoas que defendem o Iluminismo. Steven Pinker escreveu um livro, O Novo Iluminismo, e o Fogaça fez um comentário, num debate comigo, elucidativo, numa rádio e numa *live*, sobre a importância desse livro para os dias de hoje. Os avanços que nós tivemos na área da ciência, Steven Pinker, que é um psicanalista, traz esse livro; quem quiser, eu empresto, é importante. Para o desenvolvimento da ciência, para o bem das pessoas, nós vamos aprovar este projeto de lei. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 178/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa tarde Sr. Presidente, colegas vereadoras e vereadores, público que nos assiste através da TVCâmara, da nossa Rádio Web, das nossas plataformas, e principalmente os que estão aqui nas galerias da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Quando viemos falar deste projeto, nós não viemos falar em um beque, dar um tapa, apertar um baseado, não viemos falar disso. Quando nós viemos falar desse projeto, nós viemos falar em saúde; nós viemos falar de crianças, adolescentes e adultos que tinham uma base de 30 convulsões por dia, e, com o uso do *Cannabis*, essas pessoas tem uma vida digna hoje em dia. Nós viemos falar de pessoas que têm esclerose, Alzheimer que, com o uso do *Cannabis*, estagnaram a questão do Alzheimer e da esclerose. Não adianta nós subirmos aqui, na tribuna, e falar em autismo e, depois, votar contra um projeto desses que dá autonomia para essas mães e seus filhos autistas – isso é a ciência que está falando! Nós temos o prazer de ir contra a ciência, incrível isso. Vacina mata – essa tese estava... A pessoa teve um infarto – “Ah, tomou a vacina”. O que mata é meter nos canos, isso mata. Agora tomar vacina não, isso não mata; tomar vacina é algo que é vida. E agora estão dizendo que o *Cannabis* é droga! A penicilina é o quê? A Benzetacil é o quê? Comandante Nádia, a senhora me vê caminhando todos dias aqui, como é que eu subi essas escadas hoje? Tomei cinco gotas de *Cannabis*. Eu tenho problema nas pernas, foi uma receita que o médico me prescreveu. Eu já tomei todas as porcarias do mundo, Benzetacil de 15 em 15 dias, o que é Benzetacil? Droga – droga! Aí o médico disse para mim o seguinte: “Tu tomas morfina para dor nas tuas pernas ou tu tomas *Cannabis*”. E eu não estou louco aqui, não estou doido, não estou chapado, eu estou aqui medicado – medicado! Não estou chapado, não dei um bequezinho e vim para cá. Quem aqui não deu um bequezinho na sua juventude para arrumar uma namorada ou um namorado? Quem não deu um bequezinho para trabalhar 48 horas? Quem não deu um bequezinho? É, geralmente o pessoal da segurança e da saúde não dão o beque, eles tomam remédio. Tomam um Pervitin, um Reativam, um Algafan para ficar ligado. Aí algum vereador vai dizer assim: “Mas ele conhece tudo quanto é droga...” Bom, eu nasci na vila, eu nasci na vila, não conheço as drogas do pobre e conheço as drogas do rico. Nós estamos falando de doenças, nós estamos falando de saúde aqui, gente, ninguém está falando de Lula e Bolsonaro, aqui ninguém está falando de maconheiros e caretas. Não, nós estamos falando de saúde, do benefício de uma criança autista que começa a usar *Cannabis* e tem a sua autonomia, do benefício de uma criança com síndrome de Down que tem acalmado o seu espectro. É disso que nós estamos falando; de uma pessoa com esclerose, que nem a minha mãe tinha, que nem a filha do Bosco tem. Nós estamos falando disso, de saúde, de condições dignas. Nós estamos falando de crianças, adolescentes e adultos que têm dezenas de ataques epiléticos, que usam capacete em função dos ataques epiléticos, e que a *Cannabis* tem dado o conforto a essas famílias. Nós estamos falando de saúde, de saúde. Defende a Ivermectina e condena a *Cannabis*. Olha

bem; defende não tomar vacina e condena a *Cannabis*. Nós estamos falando de remédio – remédio –, e tudo que nós tomamos, desde o AS, é droga; tudo que nós tomamos é química, vem de algum processo químico, e vários vêm da papoula até. Então nós estamos falando de remédio, de cura para as pessoas. Porto Alegre não pode ficar na contramão de dar dignidade para as pessoas, de dar um pouco mais de conforto para essas famílias, para os pais que veem os seus filhos ter ataque epilético, tendo convulsões, para os filhos que veem seus pais e suas mães com esclerose, que veem seus pais e suas mães com Parkinson, nós estamos falando de qualidade e condições de vida. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 178/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente; vereadores, público que está aqui, o povo que está aqui; Ver. Adeli Sell, Ver. Claudio Janta, Ver. Pedro Ruas e tantos outros que subirão aqui para falar a favor deste projeto. Eu quero falar de inovação, sim; eu quero falar de ciência, eu quero falar que a gente olhe para frente, mas para isso nós temos que parar com a obsessão enlouquecida para a liberação da maconha de qualquer forma. É uma cortina bonitinha que se coloca na frente e que mexe, sim, com a moral das pessoas e que parece que quem vai ser contra – eu vou ser contra esse projeto – não quer a ciência e que as pessoas que utilizam a medicação *Cannabis* assim não o façam. Vamos falar sério: não tem nada a ver contra a medicação, ponto. O que nós estamos falando aqui é o bode na sala. Sabe aquela coisa – minha avó sempre falava – que onde passa um boi, passa a boiada! Essa gente que quer liberar, com a desculpa medicinal, quer abrir a porteira para que daqui a pouco se cultive a maconha. Vamos falar de olhar para frente, Ver. Oliboni. O senhor sabe que a ciência diz que existe a mesma droga sintética, que inclusive a Universidade Federal do Rio de Janeiro identificou uma substância nos frutos e nas flores, mas sem estar misturada com o THC? E o que é isso? O tetrahydrocannabinol, que é o que tem o efeito psicoativo, que é o maior problema na maconha. O problema da maconha é único, ela produz alucinações, é uma droga alucinógena, não compare essa droga com paracetamol – por favor! –, com injeção ou com outras coisas. Nenhuma outra droga medicinal produz esses efeitos alucinógenos, é só a maconha e o canabidiol, são psicoativos, isso significa que tem problema, sim. Por que os vereadores que querem liberar não falam na substância sintética? Os cientistas já viram que existe, que não precisa cultivar a maconha para ter a mesma substância, que é mais barato inclusive, que ambientalmente é mais correta – agora o meio ambiente não interessa, agora o meio ambiente acabou! A produção aquela do agro não, o agronegócio destrói o meio ambiente e o solo, mas plantar uma maconha não, agora não, agora é outra coisa. Pesquisadores do Rio de Janeiro, da Califórnia, de tantos outros locais já mostraram aqui; Curitiba tem um laboratório dessa droga sintética, ponto. Vejam bem, vejam bem, e vou dizer de novo: ninguém aqui é contra a medicina e a ciência. Primeiro, vamos lá, o projeto é inconstitucional, não diz respeito ao Município. Vamos começar, então, do

início: isso diz respeito em nível nacional, ponto! Só por aí, já deveria ser rejeitado, já não deveria ser aprovado. E aí eu sempre digo que o grande problema do projeto é a real intenção do autor. Fala sério! A real intenção do autor, se não o fosse, não diria lá pelas tantas: "...para o cultivo da maconha para fins medicinais". Bom, não precisa, não pode. Voltamos, gente, a dizer aqui que os vereadores que sobem a esta tribuna que dizem que eu e tantos outros somos contra a medicina estão mentindo. Eu sou da polícia militar e sei o que acontece, o quanto é prejudicial a liberação da maconha. É "não" a este projeto que abre uma porta bem grande, abre um flanco desnecessário para os nossos jovens aqui em Porto Alegre. E quero dizer para vocês que, sim, me comovo com os pacientes; e aquele paciente que não tem condições de comprar, a Defensoria Pública tem feito muitos bons argumentos para a Prefeitura comprar gratuitamente qualquer tipo de medicação, inclusive a do canabidiol. A maconha, volto a dizer, essa substância é a única droga que causa esquizofrenia, então, a partir daí, gente, cada um é dono da sua consciência. Muito obrigada. É "não" ao projeto.

(A Ver.^a Cláudia Araújo assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLL nº 178/21.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente Cláudia, em exercício, a minha fala é tão simples. Eu sou legalista, então, vamos lá: o projeto é inconstitucional. Tanto é verdade, que qualquer pessoa que precisar da substância pode fazer isso via judicial. Um remédio, para constar na lista autorizada do país, precisa passar pela Anvisa, pelo Ministério da Saúde, e aí sim, ele entra na lista dos remédios que podem ser usados. Isso é União, isso não é nossa competência. O projeto é inconstitucional, tem o parecer aqui do Procurador.

Então, eu me baseio muito na Procuradoria, que é a quem compete dizer e nos orientar legalmente. Se alguém precisa dessa substância, é via judicial, e ninguém que está contra esse projeto está contra o medicamento, que é necessário para as pessoas. Isso é bom que fique claro. Mas eu faço leis, eu sou legisladora, eu não posso ir contra a lei. Eu sou legalista, eu aprovo projetos constitucionais, apenas isso. Obrigada.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 178/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, diversas doenças podem ser tratadas com canabidiol: ansiedade, insônia, depressão, inflamações, doenças reumáticas, epilepsia, autismo, glaucoma, Alzheimer, mal de Parkinson, esclerose múltipla, fibromialgia. Quem é contra o tratamento das pessoas? Naturalmente, os que sempre foram contra a população, contra o povo, os que sempre foram contra o SUS, os que sempre foram contra os mais pobres. Porque esse projeto é para os mais pobres, é

para as pessoas vulneráveis, é para as pessoas que precisam que a ciência esteja acima das ideologias, acima das paixões partidárias; mas tem gente que vive alimentando as suas bolhas, a polarização, a farsa, a ilusão, a mentira. Essas pessoas vivem de *likes* nas redes sociais, é isso que elas procuram, são caçadoras de *likes*. Eles não se importam, inclusive tem gente que subiu nesta tribuna hoje e disse: “Ah, os vereadores não vão até as zonas alagadas.” Mas ninguém nunca viu essa pessoa em nenhuma zona, essa pessoa não vai, ela não quer ir, porque ela vive de redes sociais. Pega o verde e amarelo, amarra no pescoço, verde e amarelo, e tira suas *selfies*, suas fotografias. Estou aqui, gente. Olha, eu aqui, com meu verde e amarelo, e a população com fome, com desemprego. Porto Alegre alagada. Aí, aqui eles vêm mais uma vez contra o projeto importante por pura ideologia. Esta ideologia vergonhosa que é contra você, cidadão pagador de impostos, que paga os salários dos vereadores e vereadoras, e eles não têm vergonha de votar contra a população mais pobre, contra os trabalhadores. Agora, eles querem votar contra os doentes da capital que precisam de um tratamento comprovado pela ciência. Eles negaram a ciência já durante a pandemia, eles faziam campanha antivacina, eles protocolaram nesta Casa vários movimentos contra a vacinação. Quem é contra a vacina é contra a vida. Quem é contra o canabidiol é contra a vida, porque acha que as pessoas têm que ficar doentes, permanecerem doentes sem tratamento, sem paliativos. Inclusive, canabidiol é utilizado até em tratamentos de pessoas que têm doenças gravíssimas terminais, e querem negar este direito à população de Porto Alegre. Não podemos deixar. Por isso, e eu peço o voto das vereadoras e vereadores neste projeto do nosso querido, foi vereador, Leonel Radde, e que hoje a bancada do PT assume este projeto como seu, como da luta do povo que quer mais direitos. Agora pensem, quem não tem doentes na sua família vai fechar os olhos e vai votar conforme somente sua ideologia antipovo e, pior ainda, não quer aperfeiçoar o SUS. Nós precisamos melhorar cada vez mais o nosso Sistema Único de Saúde e garantir. Esse programa municipal é fundamental, ouça bem, cidadão e cidadã de Porto Alegre, marque o nome e o partido dos que serão contra um programa que pode revolucionar essa cidade. Marque o nome e marque o partido. Saiba quais partidos são contra o povo, contra o avanço, contra a ciência; e quais são a favor. Marquem os nomes, porque é possível marcar, vai aparecer aqui no painel vermelhinho e verde: verde é a favor da vida, a favor do tratamento; e quem seu nome aparecer de vermelho ali é a pessoa que não quer avanço, que se esconde atrás de ideologias. Não se escondam atrás de ideologias. Tenham coragem de dizer não ao povo, de dizer não ao SUS, de dizer não ao tratamento digno a muitas pessoas. Tenham coragem. Não venham aqui tergiversar, enrolar as pessoas com duas, três frases. O que é isso, onde estamos vivendo? Antigamente os políticos, as políticas tinham coragem de dizer, agora parece que eles tentam, na sua demagogia, surfar. Mas, para bom entendedor, poucas palavras bastam. Esses discursos levianos e vazios, eles não são aceitáveis. Só quem não leu o projeto, ou quem está imbuído de uma ideologia antipovo poderá votar “não”; os demais é “sim”, em defesa da vida. Obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSDB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra discutir o PLL n° 178/21.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Pessoal que está na plateia, acho que mentiram para vocês. Vocês estão aqui preocupados com as pessoas que passam necessidade, que precisam de medicamento para poder se tratar, mas mentiram para vocês. Eu vou ler aqui o projeto para vocês saberem do que se trata o projeto que foi trazido.

Primeiro, que ele coloca palavras que dão a entender que é uma coisa, mas a intenção, no final das contas, acaba sendo outra, faz um jogo de palavras que faz parecer que é uma preocupação medicinal. Eu vou ler aqui o art. 1º: “Fica instituído o Programa Municipal de Uso da *Cannabis* para Fins Medicinais...” Para fins medicinais fica para trás, meio que não importa, o que importa é o uso da *Cannabis*, primeira colocação. Mas, se tu fores ver aqui os artigos, ver o que se construiu, basicamente é justamente a jurisprudência, que já existe no Brasil. Vamos ler aqui, vamos ver se já não existe isso aqui no Brasil, vamos lá (Lê.): “Para fim do disposto nesta Lei, é direito do paciente receber gratuitamente do Poder Público Municipal, com base no disposto no art. 196 da Constituição Federal de 1988, medicamentos nacionais ou importados à base de *cannabis*, desde que devidamente autorizado por ordem judicial ou pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).” Bom, se é pra receber por autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária já está autorizado, não precisa de lei; se for pra receber por ordem judicial, já está autorizado, não precisa de lei, ainda mais do município, que não trata sobre isso. Então, estão tentando engambelar vocês, primeiro ponto; prescrição de profissional médico, legalmente habilitado, contendo nome do paciente, medicamento, posologia, quantitativo, já é assim. Qualquer coisa que eu for... Não é só chegar na farmácia, preciso de prescrição do médico, de acordo com a orientação médica, por convicções médicas ou coisa desse sentido. Então, qual a necessidade de uma lei municipal para tratar uma coisa que já é como é, liberdade médica de os médicos poder fazer aquilo que nós defendemos que eles têm a liberdade de fazer. Já fazem isso, só não foi permitido quando era um tratamento que vocês não concordavam, aí não podia, mas aqui está dizendo que pode, o médico tem a liberdade de prescrever o que for necessário, fato, é somente isso, então não tem discussão aqui. Fazer esse projeto é para dizer que aprova um projeto que libera a *Cannabis* de alguma forma aqui em Porto Alegre, é demagogia, é para dizer para as redes sociais que criou um programa a mais, mais uma lei bonita para ficar no papel, que não vai ter aplicabilidade nenhuma, por quê? Quem é o responsável por adquirir medicamentos que serão distribuídos pelo poder público? União, o município entrega; o município, com essa lei, vai comprar medicamento à base de *Cannabis*? Não vai, é mentira para vocês. Quem tem que fazer a compra para fazer a entrega para os municípios, para então o município entregar, é a União. Então, falem com o Lula, não é conosco aqui que tem que fazer isso aqui. Estão mentindo para vocês, uma demagogia barata, para fazer parecer que, quem votar contra é contra o bem-estar das pessoas que sofrem das mazelas que esse medicamento poderia ajudar. É mentira para

vocês; com relação à questão de ser a favor de utilizar qualquer produto químico com evidências científicas para trazer melhor bem-estar para os pacientes, eu sou a favor de qualquer remédio, desde que legalmente autorizado. Hoje é muito pior do que a maconha, desculpa; é muito pior do que a *Cannabis* ou o que tem ópio, os opioides; os opioides hoje já são utilizados para anestesia, é muito pior do que o princípio da *Cannabis*. É muito pior, e, no entanto, é autorizado. Então, quem fornece isso hoje ao município para fazer a entrega, para fazer a utilização desses medicamentos? É a União, não é o Município. A Ver.^a Mônica Leal quer falar alguma coisa. Por favor.

Vereadora Mônica Leal (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Jessé, encontramos a solução. A bancada do PT, a esquerda, entra em contato com governo federal, Presidente Lula, e está resolvido.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (CIDADANIA): Está resolvido. Está feito o acordo aqui. Obrigado, Ver. Mônica Leal. Se o governo federal colocar a questão da entrega e a dispensação dos medicamentos a nível federal, para entregar aos municípios, a gente entrega essa lei, a gente faz dar acordo para votar a favor. Obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLL nº 178/21.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sra. Presidente Cláudia, senhoras e senhores assistentes, seja aqui nas galerias seja nas redes sociais, meu voto vai ser “não” porque é um projeto inconstitucional, e isso está esculpido em mármore de carrara. Mas eu subo aqui para trazer algumas reflexões que julgo interessantes sobre esse tipo de assunto que volta e meia permeia. Sempre que se quer falar de projetos progressistas, projetos de vanguarda, sempre se ataca a cultura judaico-cristã, o conservadorismo; sempre se ataca o outro lado. O proponente desse projeto que está praticamente sendo santificado aqui pelos vereadores correligionários, alguém supostamente preocupado com as pessoas, com o povo, é alguém que, em seis meses de mandato estadual, foi enquadrado diversas vezes, por simplesmente chamar os outros de nazistas, de racistas e de tantos outros “istas”. Aliás, quem esteve aqui, Ver.^a Fernanda, antes da minha chegada, experimentou o amor que o proponente tinha por V. Exas. aqui. Então que amor é esse? Que amor é esse que faz aqui subirem vereadores da esquerda?

(Aparte antirregimental do Ver. Jessé Sangalli.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Talvez. Que amor é esse que sobem aqui e destratam a cultura judaico-cristã, os valores do Ocidente, os valores conservadores e liberais, aliás, que defendem a liberdade. Se o cara não quer tomar a vacina, o problema é dele, é liberdade. Atacam esses valores que esculpiram, que construíram os países mais desenvolvidos do mundo. Começo por Israel, que é um estado

laico, mas que tem, sim, uma religião conservadora, o judaísmo; tem também as religiões árabes. E olha quantos prêmios Nobel, olha quantas patentes tem Israel no mundo hoje, de tecnologia. Vamos falar da Alemanha, que também tem *background* judaico-cristão com a igreja protestante, a igreja católica. Olha quantas patentes e prêmios Nobel a Alemanha já entregou ao mundo. Vamos para os Estados Unidos, um país que foi criado na declaração dos *founding fathers*, os pais da pátria americana. Defesa da liberdade, da busca da felicidade. Olha quantos prêmios Nobel, quantas patentes têm os Estados Unidos. Então eu não entendo essa sanha de tentar vender um amor que, como disse o Ver. Jessé, parece um amor bandido. Sobem aqui e batem, batem e batem. O Ver. Cláudio Conceição disse aqui, em público, por isso cito nos autos, que mudou de voto, ele falou: “Não trabalho assim, eu ia votar com vocês, sobe o homem lá e dá pau para todo mundo, dispara para tudo que é lado”. Então eu chamo à reflexão aqueles que se colocam do lado do povo, do lado da ciência, do amor. Todos queremos remédios. As farmácias eram chamadas de drogarias antigamente. Agora, este é um projeto federal. Como é que eu vou autorizar, com este projeto, a Prefeitura a fazer parcerias de um remédio que ainda é obtido por via judicial? Vamos a Brasília, vamos aprovar o canabidiol, vamos aprovar o remédio. Eu, Tiago, não tenho nada contra esse remédio; agora, vamos, primeiro, fazer pela via legal, e, segundo, mais amor e menos ódio. Respeitem os valores que entregaram o ocidente em que vivemos livre, de livre iniciativa e próspero, com diversas patentes, com diversos prêmios Nobel. Muito obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 178/21. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidenta em exercício, a Ver.^a Cláudia, colegas vereadores e vereadoras. Esta tribuna aceita qualquer versão, Tiago. Inclusive o senhor, como cristão, pastor, deveria entender que o Estado de Israel é o que mais investe na pesquisa sobre a *Cannabis*. O senhor falou aqui sobre a *Cannabis*. Pesquisa aí sobre Israel, sobre a importância da pesquisa, inclusive, posso dizer alguma coisa sobre isso: “Israel revoluciona o acesso à *Cannabis* medicinal: de último recurso à primeira linha”. Se ele falou, está reforçando o que nós estamos dizendo, que a *Cannabis*, além de ser medicinal – e não como o Jessé falou aqui, uma grande *fake news*, lendo o projeto de lei, como se ele, quando deu o parecer favorável... Inclusive, ele apresentou uma emenda, depois retirou a emenda. Eu reapresentei a emenda, que é a Emenda nº 03, e nós vamos votá-la. Estamos sugerindo aprovar a emenda porque, segundo ele e o procurador, seria inconstitucional. Nós estamos retirando essa parte para tirar a dita inconstitucionalidade do projeto de lei. Mas nós temos aqui alguns colegas, vereadores e vereadoras que fazem essa política do negacionismo. Parece que tudo que eles dizem é que prevalece. O que nós da oposição falamos, isso nada interessa. Até dá uma impressão de que aqui tem uma comunidade científica que está dizendo que a *cannabis* não tem utilidade. Ora, se hoje mais de 1,6 mil pacientes em Porto Alegre já se

tratam com isso e está dando resultado, parece que aqui surgiram vários doutores da causa para dizer que isso não tem validade. Eu podia ter trazido aqui um paciente então para poder dar o depoimento de como ele se sente, como disse aqui o Ver. Janta, sobre o que ele sente ao tomar as cinco gotas de *Cannabis*. Pessoal, nós tiramos a inconstitucionalidade, não tenham medo! Não tenham medo de ter posição! Nós temos que ter posição, nós estamos aqui falando por aqueles que estão excluídos de um processo que o próprio Sistema Único de Saúde pode fornecer, Ver. Aírto, que é, sim, um medicamento liberado pela Anvisa. Mais uma *fake news* trazida aqui pela Mônica: “Ah, vocês conversam com o presidente Lula para pedir a liberação”... O Lula não libera, quem libera é a Anvisa, para todos medicamentos liberados pelo Sistema Único de Saúde. Ou seja, o governo apenas acaba validando aquilo que a Anvisa deu legitimidade, como foi com a vacina, Ver.^a Nádia, que a senhora era contra a vacina. A verdade tem que se estabelecer aqui! Vários vereadores aqui eternamente serão negacionistas, golpistas e (Expressão retirada por determinação do orador.), porque muitas ações aqui desta Casa acabam caindo neste rol, nesse rol da contradição, querendo polemizar o debate! Pode se inscrever, Ramiro, mas fala a verdade e não *fake news*! Fala a verdade, não *fake news*! Nós estamos falando aqui, sim, da saúde do ser humano e buscamos alternativa para dar continuidade à saúde, à vida e à sua dignidade. Por isso nós achamos de uma enorme importância, sim, a liberação da *Cannabis* para uso medicinal. Essa é a verdade. Muito obrigado.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Uma questão de ordem. Na sua fala o Ver. Oliboni fez uma volta gigantesca e chegou a dizer aqui que os vereadores que são contrários a este projeto são vereadores (Expressão retirada por determinação do orador.). Racismo é crime. Então, eu gostaria que o Ver. Oliboni se explicasse aqui; retirar a expressão dos autos da Casa e que possa aqui fazer a correção. Obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Feito o registro.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidenta, o debate da tribuna é legitimado pelo orador, mas eu não disse, em nenhum momento, que nós temos aqui vereadores ou vereadoras (Expressão retirada por determinação do orador.) ou fascistas, se eu disse eu estou retirando para poder fortalecer o debate aqui.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Registrado.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Na verdade, ela está perdendo objeto, porque o Ver. Oliboni não está mais na tribuna, eu apenas ia pedir que lhe fosse garantida a palavra, mas ele não está mais. Obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): ...Registrado. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 178/21.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ver.^a Cláudia Araújo, na presidência dos trabalhos, a quem rendo minhas homenagens; querida Rosa; vereadores e vereadores; evidentemente que é um tema polêmico, evidente, mas o que não é polêmico, o que é consenso, porque é fato mundial, é o uso da *Cannabis* na área medicinal. Se é uma circunstância dizer que o Ver. Janta, dando exemplos, deu o seu próprio exemplo na chegada hoje aqui, seu exemplo. Mas quem de nós não conhece, e o Ver. Alex Fraga deu exemplos também. Eu conheço pessoas, quem não conhece? Agora, há um argumento, Ver.^a Mônica Leal, V. Exa. usou e acho que mais vereadores usaram, se eu estiver enganado, me corrijam, acho que a Ver.^a Nádia usou, a questão legal. Há uma questão legal, sim, por isso está tentando se buscar, é um argumento sério esse, eu não estou debochando ou criticando o argumento, não, argumento sério, por isso está se buscando esta outra legislação. Eu ouvi V. Exa., Ver.^a Fernanda Barth, peço desculpa pela confusão, dizendo que ia usar este argumento, não foi na tribuna, a senhora tem razão. De qualquer maneira, o que é importante para nós, e o encaminhamento é favorável, Presidente Cláudia Araújo, na presidência dos trabalhos, é no sentido de que nós precisamos avançar, sim, há muitas pessoas, muitas, muitas, que precisam disso, Ver. Oliboni, que necessitam disso, em alguns casos é a única esperança. Para algumas circunstâncias, por exemplo, de epilepsia, é a única droga – porque também qualquer remédio é uma droga, é droga no sentido de ser feito em drogaria –, que funciona, nada mais funciona. Então, retirar essa possibilidade das pessoas é desumano. O argumento da legalidade, Ver.^a Mônica, é um argumento sério. Eu não concordo, porque acho que tem que ser modificado, mas é um argumento sério, é um argumento que eu respeito. Agora, levar isso para confundir com o uso da maconha para fins recreativos, isso eu não posso concordar, porque não é essa a questão, não é esse o debate, não é isso que se quer, não é o que se busca. O que se quer e se pretende aqui – e o Ver. Radde obviamente deixou isso muito claro, na minha opinião – é a possibilidade do uso medicinal, do uso para curar, do uso curativo, como tantas e tantas drogas mudaram a história da humanidade. O Ver. Adeli Sell lembrou bem que Fleming, em 1928, descobriu, inventou a penicilina. A população mundial triplicou a partir dali. Então, Ver. Ferronato, o que se busca é a possibilidade do uso medicinal. Tem que modificar a lei? Sim, tanto que é um projeto nesse sentido. Essa é a busca e, por isso, o nosso encaminhamento é favorável, Ver.^a Cláudia Araújo. Muito obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 178/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente Cláudia. Eu gostaria realmente de ver toda essa veemência dos vereadores que aqui são a favor da liberação da *Cannabis* uso medicinal para o direito de as pessoas usarem, eu queria ver essa veemência também de eles estarem aqui brigando pelo direito de os pais não vacinarem seus filhos. Ponto. Engraçado que são dois pesos e duas medidas. Para algumas coisas, eu sou veemente que é o direito de as pessoas usarem a *Cannabis* de uso medicinal, mas para outros não, é o que me interessa. Na verdade, é relativizar aqui o que é importante. Volto a dizer que o problema, o grande problema do projeto é a intenção do autor. Ponto. A intenção do autor é clara. Se assim não o fosse, da liberação logo ali na frente da maconha, inclusive para o seu cultivo, por que o autor não fala da substância sintética? Por que nenhum dos nobres vereadores a favor do projeto não vêm aqui e me respondem? Por não querem a substância sintética que mostraria uma Porto Alegre muito mais à frente, inovadora, cuidando da ciência, da pesquisa, falando efetivamente sobre o que nós precisamos, que é cuidar das pessoas? Não usem da má-fé, não usem de palavras jogadas ao léu, não usem de consistências que não existem dizendo que nós, eu que vou votar contra esse projeto não quero a cura das pessoas. É mentira, eu quero, sim, que as pessoas que necessitam - e são várias -, que são pacientes desde oncológicos a convulsionados, a tratamentos de psoríase, entre tantas outras coisas que possam usar. Ninguém está dizendo que não, tanto usam que o nosso Judiciário, através da Defensoria Pública, tem sido muito ágil na concessão dos remédios para aqueles que não têm condições financeiras de adquiri-lo, ponto. Existe lei federal para isso, tanto que aqui me assombrou o Ver. Oliboni dizer que o Lula não pode fazer isso. Lula é o Presidente, o Lula está lá, se ele não pode, imagina uma Câmara de Municipal de Vereadores! Aí nós podemos, estamos acima da lei! Volto a dizer, penicilina, que alguns vêm aqui dizer que é uma droga, não tem substância psicoativa, e, para aqueles que não sabem, às vezes é bom a gente desenhar, drogas psicoativas, que é o caso dessa substância, são aquelas que atuam no cérebro das pessoas, modificam o seu funcionamento, podendo provocar alterações na percepção, no comportamento, em estados também de consciência, ponto. Dizer que a penicilina igual à *Cannabis* é brincar com a nossa inteligência. Então, queridos, vamos de novo, amanhã vai ter *card*, amanhã tem *card* “esses vereadores são contra a ciência”, Ver. Gilson, “esses vereadores são contra a medicação, contra a pesquisa”, “esses vereadores são contra o tratamento da *Cannabis* para quem precisa”. Mas é mentira, é mentira! O que nós estamos dizendo, primeiro, é que o autor desse projeto fala em alto e bom tom que quer a liberação da maconha. Para quem não sabe, usem, vão atrás das suas redes. O autor desse projeto quer que Porto Alegre cultive, aliás, tivemos que derrubar o outro projeto dele que queria que a pesquisa fosse feita aqui. Para fazer bolo, tem que ter ingrediente; para fazer pesquisa, que não é em nível municipal, tem que ter maconha, tem que ter a folhinha ali. Queridos, não vamos ficar aqui pensando que é simplório, que é bonitinho. Por trás, tem outras coisas. Vamos fazer um projeto para o uso da *Cannabis* sintética, que os pesquisadores que estão à frente da ciência e da pesquisa estão trazendo como nova droga para esses casos, que não são poucos, mas que nós queremos que sejam tratados. É “não” ao projeto e ponto final. Obrigada.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, só para esclarecer para os nossos telespectadores que estão assistindo: esse projeto não trata nada sobre a questão de plantio ou estudo científico, é apenas o fornecimento do medicamento.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Obrigada, feito o registro. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 178/21, pela oposição.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores; agradeço aos colegas dos partidos de oposição, colegas da bancada do PT, do PCdoB e do meu partido, o PSOL. Eu gostaria de ponderar algumas coisas que foram ditas neste debate, em especial, pela vereadora que me antecedeu no uso da tribuna, que vociferou “o direito dos pais em não vacinar os seus filhos”. Senhoras e senhores, que visão tacanha da sociedade, os pais não têm direito supremo sobre seus filhos de forma alguma – de forma alguma! O direito à vida da criança sobrepõe qualquer direito de paternidade ou maternidade. Se os pais impõem condições de maus-tratos, existem órgãos fiscalizadores que podem destituir o poder pátrio, tirando a guarda. Eles não têm direitos supremo sobre os seus filhos. E o direito à vida é inalienável! Se as vacinas comprovadamente são eficazes, protegem a vida e garantem evitar sequelas nas crianças, não são os pais que vão decidir se vacinam ou não os seus filhos, não! O Estado tem que obrigar, e é por isso que nós temos calendários de vacinação que são compulsórios. Pena que nós não temos aqui o nosso colega Conselheiro Marcelo, que foi, durante muitos anos, conselheiro tutelar. Não vacinar os filhos pode fazer com que os pais percam a guarda das crianças. E o que nós estamos discutindo aqui é a possibilidade de um avanço – um avanço! – em Porto Alegre. Ver. Pedro Ruas, meu líder, quem gerencia o Sistema Único de Saúde? Não é municipalizado? Não é o Município que empenha recursos na área da educação e também da saúde? O que nós estamos discutindo aqui é um avanço, é Porto Alegre à frente de outras cidades. Nós estamos debatendo uma visão de mundo. Nós estamos debatendo o futuro. Mas é óbvio que o freio de mão puxado está presente aqui, tem cadeiras sendo ocupadas que lutam pelo retrocesso, que lutam pela criminalização de qualquer coisa que venha de uma planta considerada, por essas pessoas, demoníaca – vou usar esse termo porque é forte mesmo. Não existem efeitos colaterais do CBD, do canabidiol, é um dos medicamentos mais eficazes contra convulsão. E o que nós estamos discutindo, neste exato momento, e estamos prestes a votar é a possibilidade de que a capital dos gaúchos tome protagonismo na oferta de um medicamento que garante plenas condições de vida a quem tem crises convulsivas recorrentes. É isso!

Em relação a outra manifestação da vereadora que me antecedeu, não falamos de CBD sintético. Não! Porque existe um caso muito grave que está sendo analisado em Utah com CBD sintético que causou intoxicação aguda em vários pacientes. A indústria farmacológica pode se equivocar, e toda droga sintética precisa passar por vários experimentos para que seja garantida a segurança. O CBD natural é produzido, é

sintetizado pela planta, não tem muito o que inventar, mas existe uma grande diversidade de moléculas sintéticas, e até que se ateste que elas são plenamente seguras, eu não vou ser favorável a utilização de algo sintético que possa trazer risco às pessoas. Ponto final. Agradeço a atenção de todos e peço em nome dos partidos de oposição a aprovação desse projeto de lei. Que Porto Alegre avance e não se mantenha no retrocesso.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 178/21.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Cláudia, na presidência dos trabalhos, nossa saudação às colegas e aos colegas, às senhoras e aos senhores; eu estou vendo que xingamentos não nos levarão a coisa alguma. Vou tentar fazer algumas explicações básicas sobre o projeto de lei. É equivocado quando se lê uma norma... Uma lei deriva de um projeto, portanto, é uma norma jurídica, não podendo ter derivações, ela é a lei, é o que está escrito. Se há derivações, é porque alguma coisa está errada na redação, e cabe a qualquer uma e qualquer um dos vereadores fazer as devidas correções. Dito isso, é preciso lembrar algumas coisas. Nós estamos em 2023; há cinco anos, em 14 de novembro de 2018, uma grande e chamativa manchete no jornal O Globo dizia: “Neurologista israelense defende uso de *Cannabis* para crianças autistas”. Aí eu fui dar uma pesquisada sobre quais as doenças hoje que estão sendo estudadas e tem aplicação da *Cannabis*, ou seja, quando nós falamos da *Cannabis*, é do extrato que é retirado dessa planta, e ela é uma planta que pode ser medicinal, e, como todas as plantas, um chá, por exemplo, de uma boa planta, quando tomado em excesso, também faz mal. As doenças: epilepsia, doença de Parkinson, glaucoma, câncer, esclerose. Quando nós falamos em drogas, vamos devagar com essa palavra, porque essa palavra tem que ser lida na sua integralidade; por exemplo, nós temos várias redes de farmácias no Brasil que se chamam drogarias, nós já tínhamos a Drogavel, a Drogabel, várias drogarias – *drugstore*, em inglês. Então vamos devagar com as palavras, elas têm que ser estudadas na sua integralidade. Eu proponho que as senhoras e os senhores vão para o sítio eletrônico da Fiocruz, da Fundação, importante centro de pesquisas do Brasil, reconhecida aqui e fora daqui; diz um dos seus textos: “Novos tempos: *Cannabis* medicinal ganha espaço no SUS”. Tem uma nota técnica nesse mesmo sítio eletrônico da Fiocruz com incríveis – incríveis! – descrições técnicas e científicas, Ver. Oliboni, sobre o uso medicinal da *Cannabis*. Essa discussão de quem fumou baseado, de quem fuma baseado, não está no debate aqui. Eu, por exemplo, sempre fui um cara careta, nunca puxei fumo, mas na universidade muita gente “dava um beque”, como diz o vereador que antes falou aqui, o Ver. Janta, porque é a vida, tem que entender como as pessoas são e o que elas fazem. Ninguém está defendendo o uso indiscriminado da maconha. Estudem o Uruguai tecnicamente. Na faculdade de direito fizemos um debate sobre a questão dos psicotrópicos, fizemos uma discussão sobre uso de drogas, e coube a mim, estudar o Uruguai. Eu fiquei impressionado que a discussão no Uruguai sobre o uso da maconha vem de mil novecentos e pouquinho, no início do século XX. Então, devagar com andor,

não adianta ficar aqui tirando ilações. Nós vamos aprovar uma lei, uma norma, uma regra jurídica, e é sobre ela que nós temos que nos pautar; sobre a questão da plantação, etc. e tal, não está na pauta. Obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 178/21.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sra. Presidente Cláudia, que nos preside; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público em geral, o Ver. Oliboni subiu a esta tribuna para comprovar exatamente tudo aquilo que eu falei que a esquerda faz, Ver. Oliboni, quando quer deter o monopólio das virtudes. V. Exa. me fez, de certa forma, um ataque *ad hominem*, insinuando que eu estava mentindo. Disse: “O senhor, que é pastor, o senhor, que é cristão”. Eu não me envergonho do evangelho, pois é o poder de Deus para salvar as pessoas. Não me envergonho de ser pastor, não estou atuando por causa da política; tampouco me envergonho da minha fé, que é a minha essência. Mas o senhor vem aqui e fez exatamente isso, ao invés de focar na carta, atacou o carteiro. E ainda proferiu impropérios, que depois V. Exa. retirou – o parabenizo por isso –, porque isso empobrece o debate. Não sei se o Ver. Alex Fraga está presente – eu gostaria que estivesse, ah, está aqui –, porque parecia o Mussolini aqui em cima falando: “Tudo pelo Estado, para o Estado, através do Estado”. Eu pergunto: quando a mulher quer abortar uma criança, aí ela tem direito; sobre a vida de alguém indefeso, aí ela tem direito. Agora, para proteger as crianças do próprio Estado, aí vem o vereador com um discurso fascista, dizendo: “Não, porque o Estado é que detém a última palavra e blá-blá-blá.”

Resgato aqui *Ronald Reagan*: “Nós, o povo, dizemos ao Estado o que ele deve ou não fazer, não o contrário”. Fiquei feliz de ver o PT citando Israel, porque o Hamas, a quem ele apoia, quer a extinção de Israel. Portanto, as pesquisas sobre *Cannabis* e assim por diante vão acabar se depender do Partido dos Trabalhadores.

O projeto é inconstitucional, eu não sei por que estamos há 2 horas debatendo. Antes subiram aqui para acusar o prefeito Melo de negligência, de ser inoperante, estamos há 2 horas nesta Casa gastando dinheiro público num projeto inconstitucional. Como é que a Prefeitura vai fazer parcerias de remédios que o SUS não distribui? Que a pessoa tem que entrar na justiça para obter, e eu sou a favor do remédio.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Então, estamos gastando pólvora e mais pólvora, o Guaíba subindo, o Guaíba desabrigando, vários projetos para votar, e a gente está aqui debatendo, gastando fala, gastando saliva, ouvindo ideias fascistas que deveriam ter sido enterradas com Mussolini. Lembram do nazismo? Que o Estado dizia: “Temos que fazer e vamos fazer as experiências e castrações”. Era o Estado, a gente sabe que o Estado queria naquele momento impor a vontade do governante.

Por isso, Sra. Presidente, o partido NOVO não é contra o canabidiol, o partido NOVO tem uma discussão muito mais ampla sobre a legalização de drogas, que não é o caso aqui, mas esse projeto é inconstitucional, e eu, Tiago, olhando de quem vem, de quem é o proponente deste projeto, ele quer tudo, menos o bem das pessoas. Muito obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 178/21.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Caros colegas, é uma pena realmente que a gente esteja perdendo tanto tempo debatendo um projeto inconstitucional, enquanto a cidade tem vários projetos urgentes para serem votados, e nós aqui gastando dinheiro público debatendo o que nem deveria estar sendo debatido em nível municipal. Mas eu anotei aqui uma série de incongruências na fala dos nossos colegas, porque hipocrisia na esquerda é mato, né? Se esforcem para se superar todos os dias e bate um desespero aqui que até ofensas gratuitas aparecem de todos os lados. Então, vou começar aqui dizendo o seguinte: o vereador, um dos primeiros a falar, é professor de música, mas mais parece um professor de teatro; chega aqui, imposta a voz, representa, ele, sim, um caça *likes* de internet, vive gravando a gente o tempo inteiro, grita enquanto os colegas falam, então assim, é assíduo na comissão de ética nesta Casa. Semana que vem estará nela de novo. Eu gostaria de dizer aqui que este vereador, que vive de *cards* falsos contra nós, vive de *cards* falsos contra os colegas, de denúncias falsas contra os colegas, não tem moral nenhuma para vir falar de ninguém aqui em cima. Este projeto inconstitucional, que não cabe ao Município legislar, fazem de propósito para constranger o prefeito Melo a ser obrigado a vetar. É isso que eles querem, constranger o prefeito para que o prefeito tenha que vetar um projeto que é absolutamente inconstitucional e impossível de ser colocado em prática.

Eu quero deixar muito claro aqui que a minha luta pelos fitoterápicos não é de hoje. Eu coloquei mais de R\$ 700 mil na construção da Farmácia Viva no Centro Agrícola Demonstrativo para fornecer fitoterápicos para os postos de saúde de Porto Alegre. Eu sou uma apoiadora integral do projeto das práticas integrativas nos postos de saúde, no Hospital Vila Nova, então não venham dizer aqui que quem vota contra este projeto, é contra fitoterápico, porque isso é balela. Não se sustenta. Eu quero ver esses vereadores de esquerda virem aqui cobrar o papai Lula, que não mandou R\$ 1,00 para o Rio Grande do Sul por causa das enchentes – nenhum um real! Dos R\$ 751 milhões prometidos, mais R\$ 1 bilhão do BNDES, nada veio até agora! E há um silêncio sepulcral sobre as vítimas da enchente, suas casas desmoronadas, suas vidas destruídas. Mas o mais importante é viajar o mundo com a “Esbanja”. Vamos deixar isso bem claro.

O outro vereador que veio aqui, num discurso claramente nazistoide, fascista, de que o Estado é que tem o direito sobre as crianças, os pais não têm, ele é tão engraçado – e eu tenho que dizer engraçado, mas é engraçado pelo lado do mal –, vem falar aqui que não se pode falar em canabidiol sintético, porque o canabidiol sintético é um dos grandes

erros das Big Pharma, porque ele intoxicou centenas de pessoas. Engraçado que se fazem de cegos e não querem ver as centenas de milhares de pessoas que estão, sim, tendo efeitos colaterais gravíssimos por causa da terapia gênica que foi imposta durante a pandemia do covid-19, e não conseguem sequer reconhecer o direito dessas pessoas de dizerem que estão tendo muitos problemas de saúde, graças à imposição que foi feita. Imposição sobre a vida delas por perda de emprego, por impossibilidade de ir estudar, por impossibilidade de ir e vir, e todo tipo de restrição autoritária que vimos acontecer. Então, eu gostaria que eles tivessem o mesmo senso crítico; mas não, há dois pesos e duas medidas. Eles querem que vocês aprove um projeto porque querem ter desculpa para implementar a porta escancarada para o *Cannabis* aqui no Rio Grande do Sul. Projeto inconstitucional, quem tem que liberar é o papai Lula, seja através da Anvisa, seja onde for.

Por fim, no mundo inteiro se enfrenta uma epidemia de opioides, milhares de pessoas ficaram viciadas em opioides, passam mal, se suicidam muito; é isso que nós queremos aqui? Então, vamos ser um pouco mais responsáveis, um pouco mais sérios e parar de dizer que quem ideologiza o debate somos nós. A gente sobe aqui querendo fazer um debate científico, mas a gente ouviu tanta porcaria antes que não tem condições. Eles só ideologizam tudo porque eles não têm base de argumentos para falar de verdadeira ciência; eu quero ver, vir aqui de olhos abertos, debater de verdade a saúde do município, e os milhões de reais que ficaram de ser mandados para cá e não chegaram até agora, do papai Lula, do qual eles tanto gostam, do papai-estado que eles cultuam. Obrigada.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 178/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Colegas vereadores, vão começar então com as coisas leves: álcool. Cervejinha, caipirinha, pé na areia; álcool não é droga, álcool não é droga; vinho, uísque não são drogas, é algo que relaxa, deixa a pessoa zen. Morfina, codeína, fentanil vêm da papoula, mas só se consegue tirar da papoula depois de pegar a heroína, e não é droga. Clonazepam, zolpidem, remédios para dormir – tem gente que não dorme sem esses bagulhos aqui. Rivotril, vem de onde? Do LSD, a sintética da sintética, do LSD. Procaína, lidocaína, benzocaína, vêm do quê? Da cocaína. E a milagrosa droga, que receitam para as crianças que são hiperativas, a milagrosa droga que dão para as criança contestadoras dentro das escolas, dão para os pais: “A partir de agora teu filho vai tomar ritalina”, que transforma as crianças em robôs. Aí, vai fazer cartazinho e botar nas farmácias, dizendo que é proibido a vacina, quem escolhe... Eu quero saber se os meninos foram vacinados, Nádía, tomaram vacina da caxumba, tomaram vacina da varíola e por aí afora? Claro que tomaram, tu não querias ver um filho teu numa cadeira de rodas, chorar todos os dias; tu não querias ver o filho teu doente, chorar todos os dias! E vem com esse papo de vacina. Nós estamos falando de remédio, gente; aí depois vem dar discurso aqui: “Não, nós defendemos as doenças raras, nós defendemos o autismo, nós defendemos a síndrome de Down, nós defendemos a esclerose, o câncer”. Defende a medicina, pô! Vira e mexe falam da covid-19, mas vocês diziam que não tinha que tomar

as vacinas da covid-19, e tomavam ivermectina. Eu tomei todas essas porcarias: azitromicina, ivermectina, tudo que tinha “tina” eu tomei, porque o meu médico mandou tomar e eu confio nele. O Dr. Thiago Duarte dizia para mim: “Toma isso”, e eu ia lá e tomava. Médico é que nem advogado, ou confia, ou não confia. É que nem as pessoas que não vão tomar AZT. Não, não toma AZT. “Oh, eu estou com Aids”. “Não, mas tu tomas aspirina”. Poxa, gente, nós estamos falando de saúde. Saúde! Estamos falando de crianças que querem um pouco de autonomia. Aí vem para cá com discurso sectário, vem para cá com discurso de que é inconstitucional. Então, já estou encaminhando os projetos da Fernanda de onde botar cartazinho “Vacina teu filho, se tu quiseres” inconstitucionais! Bota cartazinho no posto de saúde “Vacina teu filho, se tu quiseres”. O cara vai chegar e vai dizer: “O que eu ganho se eu vacinar o meu filho?” Só o que nós votamos aqui, Ver. João Bosco Vaz, é projeto inconstitucional. Então, o pessoal acha um barato isto: “E aí, meu, vamos tomar um trago, nesse fim de semana?”. “Não, não posso tomar um trago nesse fim de semana contigo porque eu vou fazer um retiro, vou tomar um Santo Daime, vou tomar o Ayahuasca”. É legal, pastor. “Vão, vão, vão à igreja.” “Não, não. Não posso ir hoje, porque vou tomar um Santo Daime, vou tomar o Ayahuasca. Tomar veneno do sapo da Amazônia, do barata, do índio.” Para aí, gente. O que é isso, cara? Hipocrisia aqui. Não bebam mais! Ninguém mata mais do que o álcool! Não bebam mais! Deixem de ser hipócritas. Não bebam mais. Não bebam mais. Quando estiverem com dor, não toma Dorflex, que é droga. Não bebam mais. Leiam a burla dos remédios! Não vão tomar remédio nenhum, vão tomar só chá de camomila. Eu tenho um amigo que é índio que diz assim: “O que eu tomo?” “Chá de camomila.” Deve ser santa essa porcaria, porque só mandam tomar chá de camomila. Só vão tomar chá de camomila, porque tudo tem o ativo e o reativo. E a questão que a Ver.^a Fernanda falou dos fitoterápicos, quantas vezes a pessoa pode tomar um fitoterápico? Sabem? Não. A erva medicinal é tomada por no máximo oito dias. Depois, a pessoa tem que parar. O ideal é tomar por uma semana, parar por três semanas e tomar de novo. Sou terapeuta. A senhora me desculpe, eu sou terapeuta. Além de ser sacerdote, sou terapeuta, sou terapeuta holístico e sou aplicador de cura fitoterápica. Então são sete dias, para três semanas, sete dias. Então não é assim, não. E pode ter fitoterápico errado, tem um bem bom que é feito com a semente da maconha, sementinha da maconha, é bem bom.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Comandante Nádia.)

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sei tudo, Comandante, sei tudo; eu tive que fazer tanta coisa para sobreviver que a senhora nem imagina, nem imagina. Eu, que saí lá do Morro da Cruz, para chegar aqui a esta tribuna, no terceiro mandato, tentando disputar o quarto, fiz tanta coisa na minha vida que nem o diabo acredita, mas estou aqui, vivo, íntegro, com meus filhos criados, orgulho do meu pai, da minha mãe e da minha família, porque eu defendo causas, eu não me escondo, eu defendo a ciência, eu defendo a cura e a autonomia das pessoas. É disso que nós estamos falando aqui hoje, vereadores, nós não estamos falando de direita ou esquerda; nós não estamos falando de Bolsonaro

ou de Lula; nós estamos falando de dar a possibilidade para uma mãe ver o seu filho ter um pouquinho de autonomia; possibilidade para uma mãe ver o seu filho podendo respirar um pouco; possibilidade para pessoas que têm doenças crônicas poderem respirar; como o aidético que toma o AZT respira. Nós não teríamos, se tivesse AZT antigamente, perdido o Cazuzá; não teríamos perdido o Renato Russo e tantos outros cabeças. Está nervoso, pastor? Está nervoso? O senhor está muito nervoso, pastor, o senhor está muito nervoso. O senhor fala aqui um monte de asneira e todo mundo ouve, deixa eu falar as minhas babaquices aqui, deixa eu falar as minhas bobagens. Tu tens a palavra do senhor, tu podes falar a verdade, não é? Então nós estamos falando disso. O AZT lhe incomodou? Não estou lhe entendendo. Se o AZT estivesse lá, permitiria que o Cazuzá estivesse vivo, permitiria que outros grandes artistas estivessem vivos. Então nós vamos condenar também o AZT porque vem de drogas. Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação nominal, determinada por esta presidência, a Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 178/21. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 19 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, o PLL nº 178/21. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** com 18 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**.

(O Ver. Hamilton Sossmeier reassume a presidência dos trabalhos.)

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, com o acordo dos autores do PLL nº 140/22, solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que o PLE nº 032/23 seja votado imediatamente. É um projeto do Executivo que só inclui os *trailers* nos *food trucks* e tem o acordo também da oposição.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.). **APROVADO**.

Vereadora Fernanda Barth (PL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que seja retirado da ordem de priorização de votação o PLL nº 140/22, sendo essa matéria priorizada como a primeira na ordem de priorização de votação da próxima sessão. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.). **APROVADO**.

O Ver. Lídio Santos está com a palavra, nos termos do art. 12 § 8º do Regimento.

VEREADOR LIDIO SANTOS (PT): Boa tarde a todos e a todas; Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Hoje a gente vem aqui nesta posse simbólica, mas vitoriosa, com a nossa trajetória de lutar pelo povo e falar pelo povo da periferia de onde eu venho, da Grande Cruzeiro. Lá a gente vem lutando há muito tempo pelo nosso povo, pela educação que vem sendo destruída nos últimos anos em fechamento de escola, já fecharam a Escola Alberto Bins, está ameaçada a Escola Guerreiro Lima, foi ameaçada, há pouco tempo, a Escola Euclides da Cunha. A gente lutou para essa escola não ser fechada, porque a gente sabe que, quando fecha escola na comunidade pobre, onde é que vão parar esses meninos? No crime ou acabam morrendo. Então a gente luta lá pela vida, pela vida da nossas crianças, dos nossos adolescentes, que muitos perderam as suas vidas nessas guerras de tráfico. Então a gente está lutando aqui pelo futuro da juventude, principalmente da juventude negra, estamos na Semana da Consciência Negra e os números são alarmantes: 87% das mortes são de negros, jovens, homens e mulheres negras morrendo neste País. É um número muito alto, muito temeroso para a gente que tem filho, tem sobrinho, tem afilhados, tem filho de amigos ainda crescendo e perdendo sua vida de uma maneira trágica e violenta. O País ainda se cala perante todo esse tipo de violência. A gente tem que parar também com essas maquiagens. E dizer que defendem, vereadora? Falar que defendem as mulheres, e as mulheres estão sendo espancadas na periferia, estão morrendo. Não tem trabalho, não tem vaga na creche, e as pessoas vêm dizer no centro da cidade que defendem as mulheres. As mulheres são estupradas, e as pessoas que dizem que defendem as mulheres não defendem essas mulheres que são estupradas. As mulheres estão apanhando! Tem laudo comprovando que mulheres foram violentadas, mesmo assim, os defensores das mulheres não as defendem, não as defendem, e elas continuam sofrendo esse tipo de violência. Quando teve um feminicídio que aconteceu na grande Cruzeiro, a gente gravou a tentativa de feminicídio, passou para as tais defensoras das mulheres, e negaram. Até hoje a gente está esperando ajuda para defender essas mulheres, essas mortes dessas mulheres. Assim também é a questão negra, Antônio Matos, Luiz Eduardo, meus irmãos de luta, assim como eles falam que são antirracistas, quando é para defender a juventude negra, não aparece ninguém, mas vão dizer nas redes sociais que aprovaram as cotas. Acho importante ter, sim, cota racial. A gente é a favor da cota, as cotas abrem cotas, mas não adianta dizer que defende cotas se não defende a escola pública aqui embaixo, não defende o ensino médio nem o ensino fundamental. Dizer que a atitude das cotas é antirracista, mas não defende povo negro e só quer a bandeira do povo negro para se eleger. E a gente não vai se calar mais, a gente vai sempre, sim, abrir a boca e vai falar a verdade, porque não dá mais para aceitarmos essas maquiagens, vereador, que falam que defendem. Dizem que são antirracistas, mas, na hora de defender o preto, eles não defendem. Para defender os seus parceiros políticos brancos, héteros, eles defendem, aí tem defesa, Ver. Jonas, aí tem defesa. Aí é ataque da extrema direita, é ataque de não sei quem. Quando é para defender um branco, rico, gordo, barbudo, tem defesa; quando é para defender o preto, uma mulher da periferia, não tem defesa. Então, é por isso que a gente luta, está aqui e vai lutar, continuar lutando pelo

nosso povo de periferia, pela vida. A gente está aqui para lutar pela vida e não por bandeiras ou qualquer que seja a ideologia, a gente está lutando pela nossa comunidade, sobrevivência do nosso povo de periferia, que sofre todo dia, todo dia tem um ataque novo, ou é contra a vida, ou contra a educação, ou é contra a saúde, e nós estamos aqui para isso, para lutar pelo nosso povo. A gente está aqui para lutar pelo nosso povo, pela vida, que é a mais importante. Vida essa que vem sendo destruída e não comentada por aqueles que dizem que estão ao nosso lado, aqueles que dizem que são nossos parceiros, antirracistas. Olha lá nas redes sociais deles, olha as redes sociais deles, se tem, quando aparece um jovem negro morto, vê se eles falam algo ou comentam, ou a tentativa de criminalização de um jovem preto. Encerro dizendo que a nossa luta aqui é por justiça e liberdade do nosso povo. Obrigado.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1073/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 032/23, que altera os incs. I e II do *caput* e os §§ 1º e 3º do art. 38-A, o *caput*, seu inc. III e o § 1º do art. 38-C, *caput* do art. 38-D; inclui o § 5º no art. 38-A da Lei nº 10.605, de 29 de dezembro de 2008 e revoga o inc. II e o § 2º do art. 38-C da Lei nº 10.605, de 29 de dezembro de 2008 e a Lei nº 10.725, de 13 de julho de 2009, dispondo sobre o exercício do comércio em *trailer*. **(SEI 118.00590/2023-49)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CEDECONDH e COSMAM**. Relatora-Geral Ver^a Cláudia Araújo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Jessé Sangalli (Líder da Bancada do Cidadania);
- incluído na Ordem do Dia em 30-10-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLE nº 032/23](#). (Pausa.) O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos, com relação a este projeto, ele é do Executivo, basicamente vai equiparar o *trailer* ao *food truck*, que já existe aqui cidade de Porto Alegre, mas tem essa insegurança jurídica de que o veículo autopropelido tem autorização, mas aquele rebocado tem esse limbo legal. Então para trazer mais segurança jurídica para quem tem o *food truck* rebocado, vai passar a ser autorizado também. E eu tenho uma emenda, de minha autoria aqui, que eu acho

importante que vocês saibam do que se trata e espero que seja aprovada, porque faz muito sentido, principalmente porque agora está se criando uma cultura de bebidas artesanais, e na lei em si, na lei principal, não pode *food truck* nem *trailer truck* de bebidas. Isso permanece proibido, mas existem algumas pequenas empresas artesanais que estão vendendo, por exemplo, cerveja artesanal, e tem como característica ser móveis para participar de eventos ou mesmo colocar em praças e coisa nesse sentido, obviamente com a autorização da Secretaria do Desenvolvimento Econômico. Então a emenda de minha autoria passa a deixar claro que bebidas artesanais fazem parte também do rol daquilo que pode ser autorizado para participar de *food truck* e *trailer truck*. Esse é o projeto: equivale *trailer a food truck* e coloca, como emenda, a possibilidade de bebidas artesanais participarem também dessa economia. Valeu, tamo junto.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, a Emenda nº 01 ao PLE nº 032/23. (Após a apuração nominal.) **APROVADA** com 30 votos **SIM**; 2 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, o PLE nº 032/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 34 votos **SIM**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0865/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 066/23, de autoria da Mesa Diretora, que altera o Anexo I da Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986 – que estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, modificando as descrições sintética e analítica das atribuições do cargo de Eletrotécnico. **(SEI 014.00025/2023-02)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ramiro Rosário: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Airto Ferronato: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Jessé Sangalli: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 20-11-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PR nº 066/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Só registramos que o ajuste nessa norma, no cargo de eletrotécnico, é para fins de podermos fazer o provimento de cargos efetivos que estão abertos e com concurso realizado. É um ajuste de natureza técnica apenas nas atribuições do cargo.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o PR nº 066/23. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Márcio Bins Ely (PDT) (Requerimento): Sr. Presidente, estamos construindo uma emenda com o governo. Então, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 071/14, por uma sessão.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A discussão já foi adiada cinco sessões, a sugestão, então, é que o senhor solicite a retirada da priorização e re colocação na priorização de segunda-feira.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT) (Requerimento): Está bem. Pode ser, Sr. Presidente? Até segunda nós resolvemos. Solicito a retirada do PLL nº 071/14 da priorização de votação.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0052/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 031/19, de autoria do Ver. Adeli Sell, que institui o Serviço de Mediação Escolar no Município de Porto Alegre. (desarquivado pela Ver^a Karen Santos) **(SEI 004.00024/2020-17)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Cezar Augusto Schirmer: pela aprovação do Projeto.

Parecer Conjunto:

- da **CEFOR e CECE**. Relatora-Geral Ver^a Daiana Santos: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 07-12-22.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 031/19](#). (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente, é simples: em 2016 o Executivo Municipal instituiu a mediação na Prefeitura, um dos grandes avanços da Prefeitura! Vou dar um exemplo: quando da enchente em 2003, lá na Zona Norte, tudo foi judicializado; 15 anos depois ainda havia pendências. Na de 2000 – aquela última que teve no Sarandi – foi feita a mediação, 70% dos casos foram mediados e resolvidos, e as pessoas já receberam a compensação financeira. A Prefeitura treinou em torno de 70 funcionários para fazer as mediações. Os conflitos escolares são múltiplos – o Prof. Alex sabe disso, porque é professor –, nós queremos a mediação escolar, a Prefeitura está preparada para isso. O Ver. Schirmer já deu parecer favorável aqui, depois discuti com ele e falei com prefeito Melo, há uma tendência de fazer com que isso seja aplicado o quanto antes na administração pública municipal. Não é polêmico, é avançadíssimo. Eu fiz o meu TCC na faculdade sobre mediação no serviço público e isso que me levou a propor a mediação escolar, necessária para os conflitos que existem na rede, a Prefeitura está preparada, tem técnicos e profissionais preparados. Obrigado, eu peço vosso voto.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 031/19.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Muito obrigada. Vou ser muito breve, quero falar ao Ver. Adeli Sell que o projeto que agora estamos votando vem bem ao encontro da lei da Comissão Interna de Prevenção a Acidentes e Violência no Âmbito Escolar – CIPAVE. Esses acidentes dizem respeito, inclusive, às questões em que alunos discutem entre si, alunos discutem com professores, professores discutem com professores, com funcionários, enfim. E essa questão da mediação vem complementar efetivamente a CIPAVE. Vem complementar de uma forma que os problemas que acontecem nas escolas podem, sim, ser resolvidos de uma maneira muito mais tranquila a partir de pessoas que estejam capacitadas para fazer essa mediação, conforme prevê a lei que já está em funcionamento nas escolas, que é a CIPAVE. Então, Ver. Adeli Sell, terá o meu voto favorável. Parabéns. Acho que é disso que a gente precisa: realmente fazer uma cultura de paz, não apenas na teoria, mas na prática, começando pela educação, e quem sabe a gente chegue numa mediação aí na Câmara de Vereadores, porque está difícil algumas vezes. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 031/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, Presidente, eu também serei breve, visto que a fala do Ver. Adeli Sell foi bastante clara e objetiva, e foi reforçada inclusive pela fala da Ver.^a Comandante Nádia de que as nossas escolas já fazem mediação de conflito. Mas, se organizar essa mediação, organizar as práticas, treinando e orientando os profissionais que atuam diretamente com as comunidades escolares, nós teremos mais produtividade nessas tarefas, nas atitudes, nas práticas dentro das escolas.

Portanto, é um projeto muito bom que vem para agregar as nossas escolas, que sofrem com questões de violência. O *bullying*, infelizmente, é uma realidade muito dura, e tendo esse programa, essa instituição para justamente mediar conflitos, nós podemos ter bons resultados para a nossa cidade, para as nossas crianças e para os nossos jovens. Parabéns, Ver. Adeli Sell, pela iniciativa. Esperamos aprovar por unanimidade o seu projeto.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o PLL nº 031/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Parabéns, Ver. Adeli Sell.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLE nº 030/23, por três sessões.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Quero fazer uma observação aos colegas, porque o servidor Antônio Carlos Ferrão Tubino está lá em cima, e todos já o conhecem há muitos anos, enxergam-no só pela janela. Ele tem 39 anos de Casa, está encerrando seu ciclo, está se aposentando. Nós queremos agradecer esses seus anos de Casa. Ele disse que levou um choque quando veio a aposentadoria e está bastante emocionado. Mais do que justo, nós, como Casa, parabenizá-lo. Em nome dos vereadores da Casa, parabenizamos esses 39 anos nos atendendo.

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, dê os parabéns para ele, 39 anos de Casa. Coragem, hein! Parabéns por aguentar todos nós aqui! Não é fácil.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0295/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 145/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que altera o parágrafo único do art. 1º e inclui art. 1ºA na Lei nº

10.833, de 11 de fevereiro de 2010 – que determina a instalação, nas áreas públicas destinadas ao lazer ou à recreação no Município de Porto Alegre, de, no mínimo, 1 (um) equipamento para lazer e recreação infantil adaptado a crianças com deficiência física ou mental e dá outras providências –, determinando a instalação gradativa dos equipamentos adaptados nas áreas destinadas ao lazer ou à recreação (*playgrounds*) das praças e dos parques no Município de Porto Alegre e permitindo Parcerias Público-Privadas (PPPs) para efetivar a inclusão daqueles equipamentos e para realizar a gestão daquelas áreas. (SEI 024.00045/2023-65)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Tiago Albrecht: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEFOP**. Relatora Ver^a Biga Pereira: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CUTHAB**. Relatora Ver^a Fernanda Barth: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CECE**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Tiago Albrecht;
- adiada a discussão por três Sessões em 23-10-23;
- incluído na Ordem do Dia em 27-09-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 145/23](#). (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, esse projeto de lei é extremamente importante. Quero parabenizar aqui V. Exa., Ver. Claudio Janta, pela iniciativa. Nós, que já tivemos neste Município uma secretaria de acessibilidade, mas ainda há muito a avançar em nosso Brasil. Estamos agora discutindo um plano novo de educação nacional; as conferências estão acontecendo em nível municipal, estadual, em todo o Brasil. Ano que vem terá a conferência nacional, mas, infelizmente, o Brasil de sul a norte não conseguiu cumprir a legislação dos planos.

Eu entendo que essa legislação é uma defesa da infância, defesa do direito de todas e todos acessarem os espaços, serem de fato cidadãos, cidadãs. A cidadania não é só um conceito; ela precisa ser um direito de fato de todas e todos. E a gente vê muitos órgãos públicos e espaços públicos que ainda não têm acessibilidade, ou onde a acessibilidade fica distante.

Por isso, temos incentivado as pessoas a terem consciência do lugar de cada uma, o lugar de cada um, e a importância de que a sociedade não seja exclusiva para alguns, mas para todas, para todos. Infelizmente, isso não se limita só a Porto Alegre, mas há muitos lugares, inclusive, que não têm nem espaços de lazer. Não é só espaço sem

acessibilidade, são espaços ausentes totalmente. Cito aqui, por exemplo, a Restinga, que tem pouquíssimas praças; Lami não tem, muita gente mora lá.

Então, a gente precisa, a partir dessa legislação que, com certeza, vai ser aprovada, que os espaços de lazer e recreação sejam para todas as infâncias, não só para algumas. Nós precisamos alargar direitos. Por isso, eu, como professor, fico muito feliz de poder votar favorável a esse projeto e, com certeza, nós vamos fiscalizar para que, no próximo período, nenhuma praça, nenhum parque da cidade não tenha acessibilidade e brinquedos adaptados – isso é fundamental.

Mais uma vez, parabéns ao Ver. Janta, proponente, conta com o nosso voto, um grande abraço.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 145/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 145/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Parabéns, Ver. Claudio Janta.

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 066/22, por uma sessão.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Cláudia Araújo (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 025/22, passar à discussão e votação do PLL nº 004/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Claudio Janta (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada da ordem de priorização de votação o PLL nº 178/23, e que seja a primeira matéria a ser apreciada na sessão ordinária de quarta-feira, dia 29 de novembro.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0054/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 025/22, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que cria a Política Municipal de Incentivo à Transição Energética – PMITE. (SEI 161.00016/2022-66)

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01.

Parecer Conjunto:

- da **CEFOP, CUTHAB, CECE e COSMAM**. Relatora-Geral Ver^a Lourdes Sprenger: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Claudio Janta;
- adiada a discussão por duas Sessões em 23-10-23;
- incluído na Ordem do Dia em 25-09-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 025/22](#). (Pausa.) A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Eu só queria dizer que a Emenda nº 01 só ajusta a constitucionalidade, adequa o projeto. Então, é importante que a gente vote a Emenda nº 01 para poder aprovar o projeto.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 025/22.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha essa discussão, esse debate fundamental da questão energética. Queria levantar aqui o seguinte questionamento: a nossa cidade hoje gasta milhões de reais ao ano para enviar dejetos, supostamente orgânicos, para outra cidade, Minas do Leão, tão longe; gasta-se combustível, *diesel*, caminhão, pneu, sendo que nós temos modelos já avançadíssimos de aproveitamento do lixo. São Leopoldo tem um projeto e implementação pioneiros no Rio Grande do Sul que vão recolher o lixo orgânico, passar por triagem; isso vai virar energia e renda. O reciclável vai ser retomado. Eu queria sugerir que nós pudéssemos, em Porto Alegre, que o prefeito Sebastião Melo pudesse estudar, a partir da aprovação dessa legislação, que vai contar com o nosso voto, da bancada do PT. Nós quatro votaremos “sim”, mas a gente precisa de implementação.

Então, seria importante que o prefeito desse uma sinalização para que a gente parasse de enviar lixo para ser enterrado, quando não é lixo, é material que pode virar energia nesta capital, a partir principalmente dos gases que as bactérias geram na matéria orgânica sendo decomposta. Nós, mais do que isso, podemos gerar muitos empregos e renda neste Município se a gente tiver uma política apoiada pelo governo de separação do lixo orgânico, lixo reciclável, o chamado lixo seco; que a gente tenha uma campanha educativa que vai ter que ser subsequente à aprovação dessa legislação. Educação ambiental nas escolas é fundamental, mas, para isso, a gente precisa de professoras, professores.

Nós precisamos de projetos de contraturno, e o prefeito precisa entender que nós precisamos projetar uma cidade para o futuro. Precisamos educar as gerações de agora e as novas gerações para que a gente, no futuro, não precise dessa energia fóssil e muito menos gastar como gastamos hoje uma quantidade absurda de *diesel*. Caminhões recolhendo lixo na cidade para depois levar a triagem à Lomba do Pinheiro, transbordo, depois caminhões maiores, nós estamos perdendo dinheiro, perdendo renda, perdendo geração de empregos.

Eu aproveito aqui para dizer que, subsequentemente a esse projeto, nós precisamos de política pública e implementação dela, porque senão essa política municipal de incentivo à transição energética vai ser só mais uma aprovação sem efetivação. Então, está dada aqui a sugestão ao prefeito Melo para começar imediatamente a utilização do lixo orgânico da capital para gerar energia, emprego, renda para a cidade crescer, e a população não ficar enterrando o lixo lá em Minas do Leão, e nós pagarmos a taxa de lixo anual, que é caríssima, para levar para lá, quando a gente poderia gerar mais renda aqui. É preciso dar esse passo. Eu peço ao prefeito Melo para darmos esse passo. A Câmara vai estar, com certeza, com o senhor nesse ponto. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIR (PTB): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 025/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o PLL nº 025/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Parabéns, Ver.^a Cláudia Araújo.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0016/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 004/23, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que institui o Programa Observatório da Pessoa com Deficiência no Município de Porto Alegre. **(SEI 020.00109/2022-41)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ramiro Rosário: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Roberto Robaina: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Pablo Melo: pela aprovação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Gilson Padeiro: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 01-11-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 004/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**. Parabéns, Ver. Alvoní Medina.

Apregoo representação externa do Ver. Aldacir Oliboni, que representará esta Casa no Ato de Instalação da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias, na Assembleia Legislativa do Estado, em Porto Alegre, no dia 27 de novembro de 2023, às 15h. (Processo SEI nº 017.00148/2023-32)

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Claudio Janta, ao PLL nº 099/22.

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Nobre Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h58min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *